

NOTÍCIAS DO

I PSINEP

**I Encontro Nacional de
Psicólogos(as) Negros (as)
e Pesquisadores(as) sobre
Relações Interraciais e
Subjetividade no Brasil**

aqui estamos

Créditos da Publicação

Coordenação Geral:

Comissão Organizadora do I PSINEP

Comissão Editorial:

Jussara Dias e Maria Lucia da Silva

Apoio Editorial:

Clélia Prestes Zerbini, Elisângela Silva, Maria Aparecida Miranda, Maria Jesus Moura

Copidesque e Edição de texto:

Fernanda Pompeu
fpompeu@uol.com.br

Capa, Projeto Gráfico e Diagramação:

Angela Mattos
angela@am3artes.com.br

Revisão:

Gabriel Nascimbeni
gabfna@gmail.com

Realização:

Articulação Nacional de Psicólogas (as) Negras (os) e Pesquisadoras(es) das Relações Raciais e Subjetividades - ANPSINEP

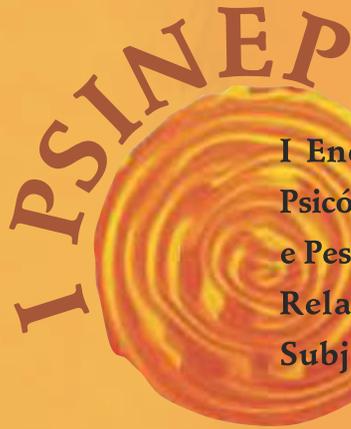
Apoio:

Fundação Cultural Palmares / Ministério da Cultura
Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA ONU Brasil

Agradecimentos especiais às equipes de monitoria e relatoria:

Alice Vignoli Reis, Ana Carolina Simionato Costa, Beatriz Ferraz Diniz, Bianca Thais M. Paçoal, Camila Gomes Rocha Pimentel, Eduardo de Paula da Silva, Francine F. de Souza, Gabriela Souza Veloso, Liliane Caroline da Silva, Livia Ciscato, Lufa Vinícius Belizário, Marcelo Antônio de Jesus, Mariana Guimarães Pasqualini, Mariana Lebrão Lisboa, Renata Conde, Saulo Henrique Paulo Rosa, Tatiana Aquino Mascarenhas, Thiago Bloss de Araújo e Valmir dos Santos Moraes.

NOTÍCIAS DO



I Encontro Nacional de
Psicólogos(as) Negros (as)
e Pesquisadores(as) sobre
Relações Interraciais e
Subjetividade no Brasil

aqui estamos



Ilú Obá De Min - Educação, Cultura e Arte Negra é uma entidade feminina, sem fins lucrativos, que se desenvolveu ao longo de vinte anos de pesquisa com variados grupos sociais, tendo como base as culturas de matriz africana e afro-brasileira.

O objetivo da entidade é preservar e divulgar a cultura negra no Brasil, mantendo diálogo cultural constante com o continente africano através dos instrumentos, dos cânticos, dos toques e da corporeidade, além de abrir novos espaços, de maneira lúdica e responsável, visando o fortalecimento individual e coletivo das mulheres na sociedade.

Site: <http://www.iluobademin.com.br>



Comissões, Parcerias E Apoiadores

COMISSÃO ORGANIZADORA

Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT), São Paulo – SP
www.ceert.org.br

Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), Belém – PA
www.cedenpa.org.br

Instituto AMMA Psique e Negritude, São Paulo – SP
www.ammapsique.org.br

Instituto Silvia Lane de Psicologia e Compromisso Social, Salvador – BA
www.compromissosocial.org.br

Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras, Porto Alegre – RS
www.mariamulher.org.br

Observatório Negro, Recife – PE
www.observatorionegro.org

Rede de Mulheres Negras do Paraná, Curitiba – PR
www.redemulheresnegraspr.org.br

SUBCOMISSÃO CIENTÍFICA E DE RELATORIA

Dr. Alessandro de Oliveira dos Santos, São Paulo
Ms. Celso de Moraes Vergne, Rio de Janeiro
Psic. Conceição Costa, Pernambuco
Dr. José Moura Gonçalves Filho, São Paulo
Ms. Lúcia Helena da Silva Alves, Pará
Dr. Luís Eduardo Batista, São Paulo
Dr. Marcus Vinícius Oliveira, Minas Gerais
Ms. Maria de Jesus Moura, Pernambuco
Dra. Marilda Castelar, Bahia
Ms. Valter da Mata, Bahia

SUBCOMISSÃO DE ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO

Psic. Cleonice Pinheiro Rosa, Paraná
Psic. Gláucia Fontoura, Rio Grande do Sul
Psic. Maria da Conceição Nascimento, Rio de Janeiro
Psic. Vera Lúcia Capilé, Mato Grosso

SUBCOMISSÃO DE DIVULGAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Psic. Clélia Rosane dos Santos Prestes Zerbini, São Paulo
Psic. Jussara Dias, São Paulo
Psic. Marcio José da Silva, São Paulo

SUBCOMISSÃO DE FINANÇAS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Dra. Maria Aparecida Silva Bento, São Paulo
Psic. Maria Lúcia da Silva, São Paulo
Psic. Oraidá Abreu, Distrito Federal

SECRETARIA EXECUTIVA

Instituto AMMA Psique e Negritude
São Paulo – SP
fone/fax: (11) 3865-9305
e-mail: psinep@uol.com.br
site: <http://www.psinep.pol.org.br>

PARCERIAS

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia – 3.^a região BA
Conselho Regional de Psicologia – 5.^a região RJ
Conselho Regional de Psicologia – 6.^a região SP
Departamento de Psicologia Social e do Trabalho – USP

APOIO

Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR)
Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo - Assessoria de Cultura para Gêneros e Etnias
Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo - Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena
Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo - Área Técnica de Saúde da População Negra
Secretaria de Participação e Parceria do Município de São Paulo - Coordenadoria dos Assuntos da População Negra (CONE)
Instituto de Estudos e Pesquisa Aplicada – IPEA
Fundação Cultural Palmares Ministério da Cultura
Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - UNIFEM - ONU Mulheres
Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA - Brasil
Sindicato dos Psicólogos São Paulo
Selo Negro Edições Grupo Summus
Mazza Edições Belo Horizonte – MG

Sumário

Apresentação	13
Homenagens	17
Abertura	21
Conferência de Abertura	26
Eixo 1: Relações Históricas da Psicologia com o Racismo	31
Conferência: Embranquecimento, Pertencimento Étnico Racial e Identidade Fragmentada	43
Eixo 2: Racismo e Sofrimento Psíquico	51
Eixo 3: Configuração do Mundo Profissional e Social	63
Comentários nas Rodas de Conversa	73
Propostas do I PSINEP	79
Carta de São Paulo	83
Programação I PSINEP	87



Momentos do encontro

Apresentação

As estatísticas oficiais mostram, de maneira inequívoca, que o racismo é um forte determinante social nas condições de saúde, resultando “altas e desproporcionais taxas de morbidade e mortalidade” da população negra. Sabemos ainda que a ideologia racista se manifesta através das relações interpessoais presentes no cotidiano dos indivíduos, nas esferas mais variadas (família, trabalho, escola, religião). Sabemos que a força das representações sociais cristalizadas no imaginário coletivo garante a perpetuação de preconceitos e práticas discriminatórias, com consequências devastadoras na formação da identidade e subjetividade desse grupo populacional.

O enfrentamento das iniquidades raciais requer, também, uma leitura psicossocial dos determinantes das desigualdades, e a categoria de psicólogos(as) brasileiros(as) não poderia ficar alheia às políticas públicas de promoção da igualdade racial. Assim, a realização do I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil – I PSINEP – constituiu-se importante marco para a saúde coletiva.

Ocorrido de 13 a 15 de outubro de 2010, no Instituto de Psicologia da USP, em São Paulo, contou com aproximadamente 200 participantes de 14 estados brasileiros (Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo), e também com participantes de Angola e Estados Unidos. Com transmissão ao vivo, registramos 459, 447 e 491 acessos, respectivamente, no 1º, 2º e 3º dias do Encontro.

Desejado e sonhado há décadas, a organização oficial do I PSINEP teve início em 2008, sob a responsabilidade de um grupo de psicólogos(as), pesquisadores (as) da temática racial e ativistas de organizações do movimento social brasileiro. Foram realizados seis encontros preparatórios em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, Salvador, Brasília e São Paulo, totalizando 400 participantes - sendo que em Brasília e São Paulo houve transmissão ao vivo - registrando-se aproximadamente 300 acessos em cada um.

Rompemos com as ideias superficiais na Psicologia sobre as relações raciais no Brasil. Reafirmamos nossas lutas, nossos valores, nossos princípios, em especial aquele presente no código de ética da categoria: "... o psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural".

Os resultados do I PSINEP foram fortemente significativos para a construção de estratégias, ações e conhecimentos acerca do impacto do racismo na construção da subjetividade dos brasileiros. O Encontro contou com a adesão do sistema conselheiro de psicologia (conselhos federal e regionais), introduzindo definitivamente a temática étnico-racial em suas pautas.

Foi possível estabelecer um diálogo com psicólogas(os) negras(os) atuando nacionalmente nas mais diversas áreas, e pesquisadoras(es). A perspectiva é de organizar esse segmento da categoria profissional que, pelas suas características étnico-raciais, ainda enfrenta barreiras sociais para sua plena expressão.

A proposta de continuidade é o fomento e aprofundamento das discussões, bem como a ampliação das linhas de pesquisa sobre questão racial e psicologia. Sempre objetivando o enfrentamento do racismo.

Por fim, a Carta de São Paulo expressa o longo caminho ainda a trilhar e, para essa tarefa, foi constituída a Articulação Nacional de Psicólogas (os) Negras (os) e Pesquisadoras(es) de Relações Raciais e Subjetividades – ANPSINEP.

A despeito das resistências daqueles que ainda não compreenderam o papel da Psicologia para a concretização de uma sociedade justa democrática e livre do racismo, estamos aqui!

Nesta publicação, você encontrará as sínteses dos temas, brilhantemente explanados, nos três dias do I PSINEP. Muito mais do que meras informações, há um robusto conhecimento. Ele foi generosamente compartilhado por Mario Lisbôa Theodoro, Alessandro de Oliveira dos Santos, Luís Guilherme Galeão, Wades Nobles, Adriana Soares Sampaio, José Moura Gonçalves, Marcus Vinicius de Oliveira e Maria Aparecida Bento.

Aproveite a leitura!

**Articulação Nacional de Psicólogas(os)
Negras(os) e Pesquisadoras(es) de Relações
Raciais e Subjetividades – ANPSINEP -**



Ilú Obá De Min

Homenagens

As árvores só vivem em pé por que têm raízes. Com os humanos também é assim. Só avançamos nas questões e nas conquistas, por que outros percorreram o caminho antes de nós. Muitos dos que vieram antes abriram atalhos com facões afiados, desenharam mapas com as unhas. Elas e eles queimaram as pestanas para iluminar os que chegariam.

A três desses percussores, nossa homenagem:



Juliano Moreira (1873-1933)

Ele é considerado um dos mais importantes psiquiatras brasileiros. Seu reconhecimento é internacional. Juliano viveu uma história de superação: menino negro, nascido em Salvador antes da Abolição. Não obstante toda a adversidade, se formou na afamada Faculdade de Medicina da Bahia. Em 1896, fez um concurso para única vaga, tornando-se professor dessa universidade. A partir daí sua importância e produção intelectual não pararam de crescer.

Foi pioneiro em várias frentes da neurologia e psiquiatria brasileira. Por quase trinta anos, dirigiu o Hospício Nacional de Alienados do Rio de Janeiro, então Capital Federal. Nessa instituição, Juliano Moreira trabalhou pela retirada das grades e pela abolição dos coletes e camisas de força. Também foi sua iniciativa a construção de uma colônia para mulheres no Centro Psiquiátrico do Engenho de Dentro, no Rio. A colônia leva o seu nome e hoje abriga o Museu Bispo do Rosário. Por toda a vida, o cientista lutou contra a racista associação entre mestiçagem e degeneração psíquica.



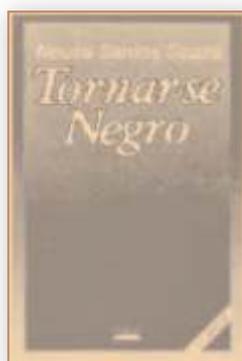
Ilú Obá De Min



Virgínia Leone Bicudo (1915-2003)

Ela juntou sociologia com psicologia, numa época na qual essa junção era inusual. Ela também foi uma das pioneiras a levar as questões do racismo para a academia. Em 1945, defendeu a tese de mestrado *Estudo das Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo*, na Escola Livre de Sociologia e Política. Oito anos depois, redigiu o relatório *Atitudes dos Alunos dos Grupos Escolares em Relação com a Cor dos seus Colegas*, publicado na prestigiosa Revista Anhembi.

Essa psicanalista negra foi a primeira brasileira credenciada pela IPA (Associação Internacional de Psicanálise). Ciente da importância fundamental da informação, Virgínia popularizou, nas décadas de 1940 e 1950, temas da psicanálise em artigos para jornais e em programas de rádio. Ela foi presidenta do Instituto de Psicanálise e uma das criadoras do *Jornal de Psicanálise* e da *Revista Brasileira de Psicanálise*. Por fim, foi uma das fundadoras da Sociedade Brasileira de Psicanálise. Resumo da ópera: a difusão social da psicanálise brasileira deve muito a Virgínia Leone Bicudo.



Neusa Santos Souza (1948-2008)

Psicanalista, nascida na Bahia, radicada na cidade do Rio, Neusa mesclou psicanálise e militância antirracista. É autora do já clássico *Torna-se Negro*, livro que influenciou muitos ativistas da causa negra. *Torna-se Negro* reflete sobre a árdua e dolorosa reafirmação da negritude numa sociedade que positiva apenas os brancos. Neusa Santos Souza nunca se esquivou de pôr o dedo na ferida nacional, ou seja, o racismo. Escamoteado e negado, mas profundamente eficiente.

Também foi cronista e articulista em vários jornais e revistas, entre eles o *Correio da Baixada*, vespertino voltado para a população da Baixada Fluminense. Na atividade profissional, foi uma inovadora. Segundo o jornalista Alfredo Herkenhoff: “A doutora Neusa promovia almoços temáticos (mexicano, indiano, italiano, africano) para estreitar e harmonizar a relação entre pacientes e seus familiares”. Neusa Santos Souza se suicidou aos 60 anos



Mesa de abertura

A b e r t u r a

Sínteses dos discursos da Mesa de Apresentação do I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores (as) sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil

São Paulo, 13 de outubro de 2010

Maria Inês Assumpção Fernandes

Diretora do
Departamento de
Psicologia Social e do
Trabalho da USP

Espero que esse encontro espalhe sementes para um novo afeto e uma nova emoção. Que ele traga um novo conhecimento sobre as relações raciais e a questão do racismo no Brasil. O racismo tem atravessado a maneira como crescemos e como caminhamos no país. Que o I Encontro nos ajude na construção de um novo Brasil, que de fato seja para todas e todos.

Maria Lúcia da Silva

Diretora do
Instituto AMMA
Psique e Negritude,
representado
a Comissão
Organizadora do I
PSINEP

Nosso Encontro já tem uma história. Não estamos aqui na USP por acaso. Desde 2008, um grupo de psicólogos e pesquisadores da temática racial e ativistas de organizações do movimento social tramaram pela realização desse Encontro. Este ano de 2010 tem sido substancial em acontecimentos relevantes para a população negra. Vale citar as audiências públicas nas universidades sobre ações afirmativas. A sanção presidencial do Estatuto da Igualdade Racial. Também a realização da Conferência Nacional de Educação – Conae, na qual a diversidade étnico-racial esteve no cerne das preocupações e discussões. O que quero demonstrar é que o I Encontro de Psicólogos(as) Negros e Pesquisadores(as), além de histórico por ser o

primeiro no Brasil, além de acadêmico, é também político. O Código de Ética dos Psicólogos recomenda que atuemos com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural. Podemos afirmar que o Brasil é racista, e não será negando essa chaga histórica que resolveremos nossas desigualdades. Estamos aqui para protagonizar a discussão das relações raciais e sua interface com a psicologia.

Roseli Oliveira

Coordenadora
de Políticas para
População Negra
e Indígena da
Secretaria de
Justiça e Defesa da
Cidadania de São
Paulo.

Nós, gestores públicos, temos que trabalhar para desconstruir o mito de democracia racial e para desnaturalizar o racismo subjetivo. Se não fizermos isso, não avançaremos nas políticas públicas. O que é desnaturalizar? O que é desconstruir? Bom, é tirar as pessoas do lugar acomodado, comum, do lugar do privilégio. Para mim, o grande desafio é como trabalhar a desconstrução do racismo para as massas. Por exemplo, o governo do estado de São Paulo emprega 220 mil professores. Como vamos mudar a cabeça de 220 mil pessoas? A mesma coisa com os trabalhadores da saúde, a mesma coisa com os agentes de segurança pública. Trabalhar em oficinas com poucas pessoas se mostrou eficaz. Mas como ser eficiente em grande escala? Eu tenho esperança que desse Encontro possam sair alguns eixos, metas, caminhos que ajudem a responder a esse imenso desafio.

Florbela Fernandes

Representante
Adjunta no Fundo
de População das
Nações Unidas.
(UNFPA)

Em todos os países da América Latina, as populações negras, as mulheres e os povos indígenas apresentam os piores indicadores: baixa escolaridade, baixa qualificação profissional, subrepresentação no mercado de trabalho informal, menores rendimentos, maiores taxas de morbidade e morte por causas evitáveis. Ou seja, as restrições de acesso às políticas públicas contribuem historicamente para que esses grupos permaneçam em situação de vulnerabilidade. Então é preciso unir esforços para quebrar esse ciclo. Nesse contexto, a contribuição da psicologia se volta para a necessidade de formular, implementar e monitorar estratégias de detecção do racismo e das outras formas de discriminação na prática profissional, do ensino e pesquisa, que desemboca no atendimento público e privado à população. O Brasil tem avançado na incorporação dos princípios da não discriminação em sua legislação e políticas públicas, seguindo as Recomendações da Conferência da ONU para a eliminação do racismo, xeno-

fobia e intolerâncias correlatas, realizada em 2001, em Durban. Contudo, ainda persistem as desigualdades regionais, socioeconômicas, de gênero, étnicas e raciais, na área da saúde e em outras. Acredito que Encontros como o presente são essenciais para promover intercâmbios de conhecimento e experiências, além de auxiliar na formulação de estratégias para a consecução dos objetivos das políticas públicas, gestão de pessoas e fortalecimento institucional. A missão do UNFPA é contribuir para que processos e produtos desse I Encontro resultem em subsídios para o aprimoramento das capacidades institucionais nos organismos dos governos, nos movimentos sociais, na sociedade civil organizada, e também nas agências do sistema ONU.

Representante do
Conselho Federal
de Psicologia

Maria Conceição da Costa

O Conselho Federal de Psicologia mantém um diálogo contínuo com a categoria para que nenhuma forma de discriminação e manifestação de racismo seja cometida pelos psicólogos. Posto isso, também é fundamental compreender que a questão racial e o racismo brasileiro não são temas exclusivos de psicólogos e ativistas negros. Esse é um tema para ser enfrentado por toda a sociedade, uma vez que o racismo brasileiro só será debelado se todos assumirem que ele é real. A psicologia tem o papel de mostrar que, ao existir o racismo, ele precisa ser enfrentado e eliminado. Para isso é preciso potencializar nossa linha de pesquisa e ação e, ao mesmo tempo, conquistar amplos setores da sociedade para pensar e agir junto conosco.

Secretário de
Políticas e Ações
Afirmativas da
Secretaria Especial
de Políticas de
Promoção da
Igualdade Racial
(SEPPIR)

Martvs Antonio Alves das Chagas

Foi-se o tempo no qual os gestores públicos tinham a primazia do saber e a primazia da operação na administração pública. Hoje, o gestor público precisa ter um diálogo constante com a sociedade. Neste Encontro, o centro do debate é o racismo. Mas sem fugir do centro, creio que há questões prementes para refletirmos. Por exemplo, nesses últimos anos assistimos à mobilidade social de 31 milhões de pessoas. Brasileiros que deixaram as classes D e E, ascendendo para a classe C, a chamada classe média emergente. Segundo os institutos de pesquisa, entre eles o IBOPE, a nova classe média é negra, jovem e magra. A pergunta é: como dialogaremos com essas milhões de pessoas, a maioria negra? Essas pessoas vão reproduzir os velhos valores do individualismo, do consumismo? Ou vão ativar outros valores, por exemplo, os valores comu-

nitários? Por que se for para reproduzir os velhos valores estaremos fadados ao fracasso quanto às relações raciais. Claro que não tenho condições de dizer qual é o perfil psicológico e subjetivo dessa classe C. Assim como não sei que tipo de profissionais a academia está formando. Às vezes, há psicólogos negros sentados lado a lado. Só que um reproduz a visão do branco, outro a sua visão, um terceiro reproduz uma terceira visão. E a gente não consegue dialogar, não consegue fazer contato. Afinal, como psicólogos e pesquisadores negros devem se posicionar numa universidade branca? Porque ainda são brancas as universidades no Brasil. Sem esquecermos que o conhecimento, na sua essência, ainda é branco e machista. Como a gente quebra isso? Claro que temos vitórias, a sociedade brasileira já pôs na pauta o tema do racismo. Para avançar na superação do racismo só tem um jeito: psicólogos, gestores públicos, academia, sociedade civil dialoguem.

Coordenadora da
Coordenadoria
dos Assuntos da
População Negra –
CONE da Prefeitura
Municipal de São
Paulo

Maria Aparecida de Laia

Gostaria de enfatizar que esse Encontro entre psicólogas e psicólogos negros, ao lado de pesquisadoras e pesquisadores, representará um salto de qualidade na discussão das relações raciais e do racismo no nosso país. Embora a sociedade brasileira tenha avançado no enfrentamento ao racismo, a discriminação contra o negro é ainda grande e contundente. Seguimos enfrentando muitos obstáculos no campo social. A população negra brasileira segue sofrendo com os efeitos psicossociais do racismo. Desejo que esse Encontro anuncie possibilidades de que a psicologia possa encontrar estratégias para mitigar o sofrimento psíquico provocado pela discriminação e pelo racismo.



Abertura: Interpretação do Hino Nacional Brasileiro

Conferência

Cotas raciais para Educar e Transformar



Mário Lisbôa Theodoro

Naturalidade:

Volta Redonda, RJ

Formação:

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília;
Mestre em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco;
Doutor em Economia pela Universidade de Paris – Sorbonne

Profissão:

Funcionário Público

Onde trabalha:

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

e-mail:

mario.theodoro@ipea.gov.br

Na Conferência de Abertura do I PSINEP, o economista e especialista em mercado de trabalho, Mário Lisbôa Theodoro, discorreu sobre o caráter transformador das cotas raciais na educação superior.

No Brasil, em qualquer variável - educação, saúde, saneamento, qualidade de vida, empregabilidade, alfabetização e analfabetismo, etc. - a população negra está em situação muito pior que a população branca. Se pegarmos uma faixa histórica, por exemplo, de 1920 a 2010, o crescimento educacional brasileiro se manteve com diferença de dois anos de estudos a favor dos brancos.

Hoje, a taxa de analfabetos negros é mais do que o dobro da taxa de analfabetos brancos. Quando surgiram os dados oficiais mostrando essa desigualdade entre negros e brancos no Brasil atual, eu pensei que a sociedade iria se mobilizar para enfrentar essa questão, para ser mais igualitária. Mas o que ouvimos foi um silêncio social.

Então, temos um problema muito maior do que simplesmente a desigualdade. Temos um problema de falta de preparo, diria até psicológico, da sociedade para enfrentar o racismo. Desse ponto de vista, esse Encontro de psicólogos negros é muito importante, porque há um componente psicossocial muito grande nas relações raciais entre os brasileiros.

Outra questão é que o país cresce sem inclusão. Eu arriscaria dizer que o crescimento brasileiro naturalizou a miséria e a desigualdade. E no centro da desigualdade está o racismo, criando preconceito e discriminação. E para combatê-lo de forma eficiente são necessárias políticas de ações afirmativas. Essas políticas de nova geração são importantíssimas para diminuir as desigualdades.

Neste momento, no Brasil, política afirmativa é cota. É claro que são possíveis muitas outras, como as que existem nos Estados Unidos. Lá, qualquer empresa para entrar em uma licitação pública precisa ter nos seus quadros um percentual de negros, mulheres, entre outros. Aqui, por enquanto, o que temos são as cotas para a universidade. Como é

“Então, temos um problema muito maior do que simplesmente a desigualdade”

cota para negros, tem sofrido muitos ataques. Ao contrário de outras cotas. Por exemplo, tivemos a Cota do Boi – para filhos de fazendeiros estudarem agronomia ou veterinária em universidades públicas. A sociedade convive sem polemizar com a cota das mulheres nos partidos políticos, com cota para pessoas com deficiência nas empresas públicas. Ou seja, o problema não são as cotas.

Uma das razões da resistência à cota racial nas universidades está na ameaça ao privilégio dos brancos em serem maioria absoluta nas melhores universidades públicas. Mas as cotas na educação estão avançando. Elas vão ajudar a mostrar a capacidade intelectual e laboral de mais da metade dos brasileiros. Quando o racismo fecha as portas, a gente abre mão de uma imensa riqueza e mantém a desigualdade.

É claro que as cotas não são para acabar com a pobreza. O que derrota a pobreza é a distribuição de renda e crescimento econômico com inclusão. O que a cota faz é abrir um espaço para aqueles negros que, com muito esforço, conseguiram concluir o segundo grau. Elas criam oportunidades reais de inserção na elite pensante e no mercado de trabalho especializado.

As cotas também não acabam com a meritocracia, pois elas são para aqueles alunos, brancos e negros, que alcançaram a nota mínima para serem aprovados. O interessante é que nesse mecanismo, a universidade vai fazer uma eleição não em função da melhor nota, mas pensando que, para o Brasil, talvez seja mais valioso ter pessoas de diversidade étnica para compor a elite intelectual.

Todas as pesquisas já mostram que os alunos cotistas têm desempenho igual ou superior aos alunos não cotistas, e o grau de desistência é muito menor entre os cotistas. Isso significa que o Estado não está pagando para que a pessoa desista no meio do caminho. Pode até ser que o aluno cotista agarre com mais força essa oportunidade, porque ele e sua família tiveram experiência de muitas portas fechadas.

Enfim, na minha opinião, as cotas são um instrumento de transformação social. Elas podem gerar profissionais com mais consciência de como se dão as relações raciais no Brasil. Como elas podem ser transformadas. Por fim, e não é pouco, a discussão em torno das cotas raciais puseram o racismo como questão. A discussão racial se insurge na pauta dos desafios brasileiros.

“O que a cota faz é abrir um espaço para aqueles negros que, com muito esforço, conseguiram concluir o segundo grau.”

Vou terminar citando o professor Florestan Fernandes: “A prática do racismo diminui os dois lados da interlocução”. Vejamos, o racismo diminui a pessoa que sofre e diminui quem o pratica, porque o priva da capacidade de se enriquecer com a alteridade.



Participantes do I PSINEP



Palestrante Alessandro de Oliveira dos Santos (à esquerda) e coordenador do debate Valter Da Mata

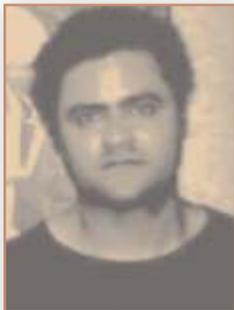
Eixo 1

Relações históricas da psicologia com o racismo:

a produção de conhecimento,
a prática e a formação

Coordenação do debate:
Valter Da Mata

Aqui você confere a síntese das exposições dos professores Alessandro de Oliveira dos Santos e Luís Guilherme Galeão Silva. Suas falas foram resumidas e editadas para efeito de comunicação.



Alessandro de Oliveira dos Santos

Naturalidade:

Niterói, RJ

Formação:

Graduação em Psicologia - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995); Mestrado (1999) e Doutorado (2004) em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano - Universidade de São Paulo, USP

Profissão:

Docente e pesquisador da Universidade de São Paulo

Onde trabalha:

Instituto de Psicologia da USP, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho

E-mail:

alos@usp.br

“Antes de começar, gostaria de dizer que eu fui um aluno negro com muitos professores brancos. Hoje, sou um professor negro com muitos alunos brancos. Por enquanto, não é?”

Quem são os outros

A psicologia tem um papel muito importante no combate ao racismo, na medida que combate o evolucionismo social e o determinismo biológico dos sexos e das raças. A constituição da psicologia social brasileira se dá no campo dos estudos das diferenças. O que ela estuda? As relações étnico-raciais, interculturais, intraculturais e de gênero. São estudos muito apropriados devido à variabilidade e ao tamanho do país. Por trás de tudo isso, está o objetivo de conhecer quem são os outros. Os conceitos de estereótipo, estigma, preconceito e discriminação falam sobre quem são os outros.

Sabemos que as relações interculturais e étnico-raciais, no Brasil, são marcadas pelos grandes fluxos migratórios. Mas, diferentemente de outros povos que migraram para cá, o povo negro foi incluído como mercadoria e excluído como cidadão. E na atualidade? Bom, a carne mais barata do mercado continua sendo a carne negra.

Autores fundamentais

Então, vamos falar de alguns autores fundamentais, que estão na base da psicologia social brasileira e refletiram sobre as relações raciais. Suas contribuições estão situadas entre a década de 1930 e 1950. Eles também são os principais responsáveis pelos primeiros cursos de psicologia social no Brasil. Consequentemente, pela delimitação do campo da psicologia social.

São eles: Raul Carlos Briquet (1887-1953); Donald Pierson (1900-1995); Aniela Meyer Ginsberg (1902-1986); Arthur Ramos de Araújo Pereira (1903-1949); Virgínia Leone Bicudo (1915-2003); e Dante Moreira Leite (1927-1976).

Raul Briquet

Em 1927, ele participou da criação da Sociedade Brasileira de Psicanálise. Em 1933, na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, organizou o primeiro curso de Psicologia Social no Brasil. Esse curso vai dar origem ao seu livro *Psicologia Social*. Para o Briquet, psicologia social advém da biologia, da psicologia e da sociologia. Essa psicologia coletiva tratará de racismo, liderança, opinião pública, multidão etc. Briquet torna-se um ferrenho combatente do preconceito racial, quando surgem as barreiras à imigração japonesa. Como estudioso, ele vai aplicar o materialismo histórico, a luta de classes e o estudo sobre grupos na psicologia.

Arthur Ramos

Em 1935, ele ministra o segundo curso de Psicologia Social no Brasil. O curso se dá na extinta Escola de Economia e Direito, da extinta Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro, então Capital Federal. Ele já era famoso por estudos sobre o negro brasileiro. Para Arthur Ramos, a psicologia social é um campo que se situa entre a psicologia e a sociologia. Seu interesse era investigar as bases psicológicas do comportamento social e as interrelações psicológicas dos indivíduos na vida social. Também, a influência dos grupos sobre a personalidade. Em suma, ele empregou vários métodos: biografias, questionários, entrevistas. Sua posição era contra o imperialismo e o preconceito racial. Chegou a ser duas vezes preso durante a ditadura de Getúlio Vargas.

“Eles também são os principais responsáveis pelos primeiros cursos de psicologia social no Brasil. Consequentemente, pela delimitação do campo da psicologia social.”

Donald Pierson

O terceiro curso de Psicologia Social, na Escola Livre de Sociologia e Política, terá à frente o Donald Pierson. Americano, ele vivia no Brasil desde 1937. Fez estudos na Bahia, interessado em etnografia e nas relações raciais. Pierson descreve a segregação, a miscigenação, a consciência de raça e a falta dela. Também descreve as ricas expressões culturais dos afrodescendentes. Depois de fazer levantamentos em arquivos, jornais, mapas, censos demográficos, histórias de vida, ele chega a uma conclusão: não há consciência racial na Bahia, porque os negros em mobilidade não se viam como grupos raciais, nem percebiam que sua raça fosse um empecilho na vida profissional. Já os brancos não se sentiam ameaçados pelos negros. Isso, segundo o psicólogo, impedia a emergência de uma consciência racial.

Donald Pierson também foi importante por nos fazer conhecer a Escola de Chicago, da qual era representante. Seus integrantes trabalharam centrados nos problemas sociais e na proposta de reparação em uma Chicago cheia de imigrantes e de negros vindos do sul do país, onde o racismo corria solto. A Escola de Chicago deixou heranças: valorização do trabalho de campo, importância das histórias de vida, estudo de casos, correlação entre pesquisas quantitativas e qualitativas, observação participante.

Virgínia Leone Bicudo

Uma psicanalista negra, merece grande destaque na psicologia social brasileira. Ela se preocupou muito com o preconceito racial contra pretos e mulatos. Desenvolveu um estudo que tratou das relações raciais entre alunos dos grupos escolares. Também fez um estudo sobre a Frente Negra Brasileira – a mais importante organização afrodescendente da primeira metade do século XX. Na opinião de Virgínia, o preconceito de cor se manifesta na medida em que o negro ascende socialmente. Leone Bicudo entendeu, como poucos, a importância da difusão das ideias da divulgação da psicologia para o maior número de pessoas. Ela escreveu colunas em jornais e participou de programas de rádio (numa época em que não existia televisão).

Aniela Ginsberg

Polonesa, radicada no Brasil, era uma máquina de fazer pesquisa. Ela lecionou Psicologia Social em universidades da Bahia. Seus temas de interesse foram relações raciais e migrações. Em 1943, ela trabalhou com os índios Kaingang, no sul do Paraná. Aplicou o psicodiagnóstico de Rorschach e concluiu que as diferenças são muito mais produtos de variáveis externas do que de variáveis internas do sujeito. Em suma, quando conseguimos isolar a variável cultural, fica mais fácil formular leis gerais do comportamento humano.

Dante Moreira Leite

Ele foi diretor do Instituto de Psicologia da USP. Em 1950, publicou um artigo alertando para a falta de fundamentos científicos dos preconceitos raciais e das ideologias nacionalistas. Ele dirá que, quando a percepção do outro é deformada por conceitos pré-existentes, ocorre a permanência dos preconceitos. Esses preconceitos servem, por sua vez, para manter as desigualdades sociais. Pois eles “justificam” o domínio e a opressão. Uma definição de racismo, não? Então, ele foi um estudioso comprometido com a construção de uma comunidade humana capaz de conviver, respeitar e aprender com as diferenças.

Resumindo

Esses homens e mulheres ajudaram a psicologia a enxergar a interação do indivíduo com grupos e sociedades. Também mostraram que as diferenças podem degenerar em desigualdades. Suas ideias foram fundamentais para a construção da Psicologia Social no Brasil.



Luís Guilherme Galeão-Silva

Naturalidade:

Belém do Pará, Pará

Formação:

Graduação em Psicologia (1995) e mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo (2000). Doutorado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007)

Profissão:

Professor Universitário e Psicólogo

Onde trabalha:

Instituto de Psicologia da USP, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho

E-mail:

luisgaleao@usp.br

Racismo e irracionalidade

“O racismo é uma injustiça fundamentalmente irracional.”
O que sensibilizou esse pesquisador branco para as questões raciais foi um sentido desenvolvido de alteridade: “Então eu parti para a opção de estudar o racismo dos

brancos, isto é, entender a forma como brancos manifestariam o seu racismo”. Ele lembra que a partir dos anos 1990, a Psicologia Social passou a usar expressões como preconceito simbólico, preconceito sutil, preconceito flagrante. No fundo variações do preconceito. Foi por essa época que surgiu a recriminação social para quem manifestasse preconceito.

Mas a interdição da manifestação do preconceito racial não significou sua supressão. Parecia que as coisas mudariam, mas não mudaram. O que ocorreu foi que, em determinadas circunstâncias, houve uma restrição de enunciados racistas e preconceituosos. “Creio que aconteceu o seguinte: restringiu-se as falas preconceituosas sem que isso significasse a diminuição do racismo e do preconceito reais.” Virou uma questão de boas maneiras. Uma ação do politicamente correto.

Racismo é exercício de poder

“O racismo não é um fenômeno psicológico. Ele é sociológico e tem a ver com poder”. Enxergar o racismo brasileiro não é uma questão de achismo ou de ponto de vista. A discriminação racial pode ser vista claramente como fato histórico, social e econômico. Pode ser comprovada por dados.

O racismo se dissemina por meio do modo de produção da cultura, e das instituições. Entre elas, a instituição familiar. Na família, começa o processo de socialização, continua na escola e segue no trabalho. Se no processo de escolarização ocorre a sistemática desvalorização da população negra, apoiada pelos livros didáticos e pelo comportamento dos professores, a escola passa a fazer parte da construção do racismo.

Preconceitos

As causas do preconceito são várias. Muitos elementos concorrem para a predisposição do indivíduo ao racismo. Por exemplo, causas psicodinâmicas indicam a introjeção de forças sociais e estruturas psíquicas fundamentais para a manifestação do preconceito. Também situações de frustração, inclusive as advindas de crises econômicas, levam a um aumento de ataques racistas. O grupo discriminado é o bode expiatório de problemas econômicos e sociais. Basta observar o que está acontecendo na Europa, onde

uma série de processos discriminatórios e ataques racistas estão ocorrendo.

Ao lado disso, há estruturas de personalidade que criam predisposições a aderir a ideologias de violência. Não que uma pessoa nasça mais preconceituosa do que outra. No entanto, certas condições de socialização, tanto na família quanto na sociedade, concorrem para uma certa “deformação de estrutura” da personalidade. Esse caldo político-cultural vai predispor algumas pessoas a abraçar ideologias autoritárias. Em outras palavras: “Se você tem pessoas flagrantemente nazistas ou fascistas, isso não significa que há uma patologia nesses indivíduos, significa que é algo produzido socialmente e que se manifesta mais radicalmente em alguns indivíduos”.

Ideologias

Quando falamos de Ideologia, não nos referimos apenas a um conjunto de ideias. Falamos especialmente daquelas ideias que não conseguem lidar com a realidade dos conflitos sociais. Ideologia que inverte causa e efeito. Por exemplo: dizer que as pessoas são pobres porque estudaram pouco. Quando, na verdade, há uma escola que não inclui todos. Pensar assim, além de simplista, é ocultar o conflito social. E, de quebra, jogar a culpa da pobreza no indivíduo.

A ideologia Liberal, no século XIX, permitiria que as pessoas dissessem: “Não somos livres. Queremos ser livres. Queremos a liberdade”. Mas no século XX, a ideologia assumiu uma feição bastante irracional. Nazismo e fascismo são exemplos disso. É irracional pregar a superioridade de uma raça sobre outra. Assim como definir uma sociedade em que não haja direitos iguais para todos.

“Creio que aconteceu o seguinte: restringiu-se as falas preconceituosas sem que isso significasse a diminuição do racismo e do preconceito reais.”

Identidade

Na questão da valorização do negro no Brasil é importante discutir a construção de uma identidade social capaz de reduzir o racismo. O conceito de racialização é uma tentativa de superar o aspecto pejorativo da raça, a discriminação por origem ou aparência, pela afirmação da identidade da população negra, como um valor positivo. Qual é o problema disso? O problema é quando a afirmação da identidade racial se torna um ponto central na discussão de igualdade social. Pela simples razão de que a identidade estabelece um “nós” e um “eles”.

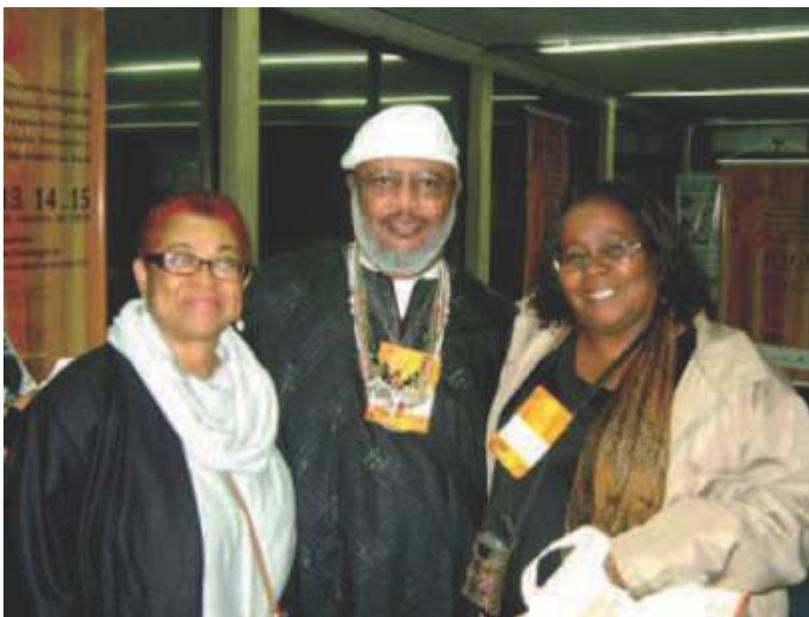
Vários estudos de psicologia mostram que a identidade estabelece um “nós” e um “eles”. Do ponto de vista da superação do estado de discriminação, a reafirmação da identidade é uma etapa interessante e importante. Pois abre a possibilidade de afirmar uma identidade num ambiente no qual grassa a discriminação. Afirmar a identidade negra é importante para a superação dos conflitos sociais no Brasil. Entretanto é insuficiente.

Insuficiente porque a identidade carrega o perigo de mascarar as manifestações de enunciados racistas e preconceituosos, pois é preciso valorizar a cultura negra. Pode-se fazer isso, sem mexer nos aspectos da dominação. Esse é o problema.

Em suma, a normatividade que impede a manifestação explícita do preconceito racial não diminui, por si só, a predisposição a pensamentos autoritários, entre eles, o racismo e a divisão do mundo entre melhores e piores.



Palestrante Luís Guilherme Galeão-Silva (à direita) e coordenador do debate Valter Da Mata



Maria Lucia da Silva, Wades Nobles e Maria de Jesus Moura

Conferência

Embraquecimento, Pertencimento Étnico- Racial e Identidade Fragmentada: contornos e contextos de Psicologia Afro-brasileira.

Prof. Dr. Wades Nobles

Professor do Department of Black Studies,
School of Ethnic Studies at San Francisco
State University. Fundador e diretor do
Center for Applied Cultural Studies and
Educational Achievement (CACSEA)

Leia o resumo da Conferência:

Rompendo

Começo dizendo que deixei de ser psicólogo há muito tempo. Defino-me como um psicólogo africano. Ser apenas um psicólogo é muito pouco. Nós precisamos começar a plantar nossos pés no solo africano, para entender a mente africana. Os meus ancestrais têm mais importância do que os diplomas que eu conquistei. Eles estão aqui conosco, assim como os ancestrais de vocês.

Sou cofundador da Associação de Psicólogos Negros dos Estados Unidos. Há 35 anos houve muito medo dentro de nós. Perguntávamos se deveríamos ou não romper com a psicologia branca. Naquele momento, nós só sabíamos o que a psicologia branca nos havia ensinado. Sabíamos que tudo que fosse negro era visto como negativo, inferior e menos importante. Mas, por fim, resolvemos não fazer mais parte da psicologia branca. Nos tornamos livres para pensar por nós mesmos, e não demandar a aprovação dos psicólogos brancos.

Criamos uma Associação Nacional de Psicologia Negra. Nossa primeira tarefa foi gigantesca: pesquisar, aprofundar e resgatar o pensamento africano. Como uma das consequências, hoje temos, nos Estados Unidos, milhares de publicações escritas por psicólogos negros sobre a psicologia dos negros; textos inteiramente livres do pensamento branco.

Psicologia afrodescendente

Eu quero encorajar vocês a considerar a possibilidade de seguir esse caminho. Quero que vocês sejam livres para desenvolver uma psicologia afrodescendente brasileira. Se fizerem isso, vocês poderão estender a mão para os negros nos Estados Unidos, no Haiti, na Jamaica etc. Nós também temos que estender a nossa mão para a África. Porque os psicólogos na África estão tão europeus quanto os psicólogos na Europa. Todos nós somos africanos. Brasil, Estados Unidos, Jamaica são apenas as camas em que nos deitamos, mas nosso espírito é africano.

Tentaram nos impor a ideia de que apenas uma história era humana. Apenas a história europeia: a portuguesa, a inglesa, a alemã, a holandesa. Diziam que essa história (tão pequena) teria que dar conta de tudo: o início

da humanidade, seu progresso, seu destino. E onde nessa narrativa estávamos os negros? Em nenhum lugar. Nossos professores deixaram claro que, para ultrapassar obstáculos e chegar ao futuro, teríamos que deixar para trás tudo que fosse africano, e transitar apenas nos caminhos da Europa.

Matadouros da mente

Quero enfatizar que nossa educação se deu nos matadouros da mente, onde nós recebemos nossos diplomas e ficamos orgulhosos por nos distanciar dos não privilegiados. Fizemos um esforço tremendo para acreditar nas mentiras mais sofisticadas, manufaturadas nas fábricas da supremacia europeia. Aprendemos a proclamá-las, em tom quase natural, como se fossem verdades.

A libertação das mentes dos povos africanos, em todo o mundo, depende diretamente de nossa habilidade em ajudar na reconceituação e reconstrução da realidade africana, livre do pensamento eurocêntrico, das conceituações ocidentais hegemônicas e das supremacias brancas. Esse é nosso desafio, a nossa tarefa. Isso requer bastante trabalho. Tudo que aprendemos tem que ser iluminado pelo pensamento africano. Mas onde está o pensamento africano? Não está em nenhum dos lugares que nos ensinaram a ir para aprender.



Tradução simultânea: Elisa Larkin Nascimento - IPEAFRO (na foto junto com Nobles)

Ser estilhaçado

Precisamos lembrar que escravidão e colonização, irmãs gêmeas, se basearam, mais do que na exploração do nosso trabalho, na desafricanização. Este é o problema. Nosso ser africano foi estilhaçado.

Dizem que a gente tem que superar o trauma da escravidão. Mas há machucados internos. Não conhecer a África é a nossa ferida interna. Porque quando enterram a minha humanidade africana, quando me ensinam a ser outra coisa, eu sou menos. Então temos que ser afrocentrados. Isto é, defender e promover a imagem da África e dos filhos da África.

Qual é a história da África, que é contada no Brasil, vinda de bocas africanas? Não aquilo que os portugueses disseram. Mas o que disseram os africanos sobre ser africanos? Sempre existem duas histórias: a contada pelos brancos sobre os negros e aquilo que dizem os negros sobre os negros.

Africanização

A nossa história humana se encontra na africanização da epistemologia, da terminologia, da estética, da hermenêutica, todas fundadas no nosso discurso científico, artístico e investigativo. Esse é um terreno novo para nós. Pensem o que significa uma epistemologia africana. O psicólogo afrocentrado precisa entender o passado, o presente e o futuro da mente africana. Onde começa o passado africano? Ontem? Ou há seis milhões de anos? Todo mundo sabe que a humanidade ficou em pé na África. Todo mundo veio de lá. Então a psicologia tem um passado e tanto para pesquisar. Temos que criar terapias de cura que respeitem e regatem nossas tradições ancestrais.

Aqui no Brasil temos que trabalhar com pessoas cujos antepassados não pediram para vir para cá. Eles não compraram passagem de navio. Não disseram: “Vou ser melhor por ser brasileiro agora.”

Mememes

Nós carregamos nossas idéias no nosso corpo, como se fossem um código genético. Então temos uma idéia chamada meme (menor unidade de informação). Os memes são para nossa consciência o que os genes são para nosso corpo biológico. Assim como nosso DNA se reproduz, os memes também se reproduzem na nossa consciência.

Nós somos negros e somos africanos. Mesmo que estejamos no Brasil, na Jamaica ou nos Estados Unidos. A África foi estilhaçada. No tempo da escravidão, um terço da população da África foi removida. Pensem o quanto isso foi devastador. Imagine se um terço do talento, das habilidades, dos gênios dos brasileiros fosse levado embora. Se você na sua casa vive com três fontes de renda, se tirarem um terço, você poderá comer bem? Dormir bem? Isso é básico.

Nós somos filhos dessa pilhagem feita na África. Ela precisa dos gênios brasileiros, americanos etc. A recuperação da África depende da diáspora africana. Ela não depende de missionários brancos dispostos a salvar almas. Reparem que esse estilhaçamento da nossa consciência faz com que muita gente associe os negros a incompetência, ineficiência, desunião etc.

“Fizemos um esforço tremendo para acreditar nas mentiras mais sofisticadas, manufaturadas nas fábricas da supremacia europeia. Aprendemos a proclamá-las, em tom quase natural, como se fossem verdades.”

Somos todos bantos

Vamos ver um mapa da África verdadeira. Não aquele que a gente costuma ver com todos aqueles países, que os europeus desenharam com lápis de cera. No mapa verdadeiro, existem quatro ou cinco grandes regiões linguísticas. A área maior é o Níger-Congo, às vezes chamado de Banto-Congo, que vai da África Ocidental, Nigéria, até a África do Sul.

Nós, da diáspora, somos todos bantos. Não adianta ficar discutindo se somos da Nigéria ou de Angola. Somos bantos. A partir daí dá para começar a resgatar o que somos com base no pensamento banto. E pensar os seus ramos: o brasileiro, o canadense, o americano. Mas a raiz é banto

A partir dessa origem comum, podemos construir programas de educação afrocentrada. Podemos também construir programas de governança política baseadas no pensamento africano. Não estamos ainda prontos para fazer isso, mas vamos fazer.

A questão é: nós, seres humanos que fomos traficados da África Ocidental, carregamos na mente algumas ideias bantas? Afinal, não somos somente um monte de corpos. Nossos antepassados tiveram consciência, sistema de crenças, valores. Tudo isso veio para cá. O desastre é que só nos ensinam a consciência, o sistema de crenças, os valores dos europeus que vieram para cá. Então, dentro das nossas mentes há ideias em guerra.

O crioulo entrou nele

Às vezes temos comportamentos que não conseguimos explicar. Nos Estados Unidos, quando alguém fazia algo fora do figurino, dizíamos: “O crioulo entrou nele”! O fato é que existem momentos em que o espírito africano não se aquieta, e nós precisamos compreender isso.

Os Bantos nos ensinam que o ser humano é um Sol vivente, com o espírito conhecedor e capaz de ser conhecido. O meu espírito conhece coisas que minha mente não conhece. Eu preciso conhecer o meu espírito. Mas a psicologia reluta em dizer que o espírito é parte do conhecimento humano. Nós fazemos com que o espírito seja uma coisa estranha, um fantasma.

Vasilha divina

Os Bantos também dizem que uma pessoa é ao mesmo tempo uma vasilha e uma ferramenta da energia divina. Se eu sou uma vasilha, sou um receptáculo de deus. A vasilha vai envelhecer e se desintegrar, mas o deus que eu sou nunca morrerá. Por conta dessa ideia, creio que conseguimos sobreviver à escravidão.

A ideia de que eu sou um ser divino me protege do assalto, da agressão de todas as regras negativas impostas pelos brancos. Nos Estados Unidos, quando crianças, nos atacavam com as ideias da supremacia branca. Quem nos ajudava a enfrentar essa situação era o divino dentro de nós. Daí passamos a dizer: “Quanto mais negro o fruto, mais doce o suco”.

Tudo que está a nossa volta diz: “Nós vamos aceitar vocês, se vocês não forem africanos. Se vocês forem o mais branco possível”. Como psicólogos negros, precisamos entender a psicologia antes de nascer, a psicologia desta vida e o que será nossa consciência após esta vida.

Eixo 2

Racismo e sofrimento psíquico: desafios para a psicologia

Coordenação do debate:
Maria de Jesus Moura

Aqui você confere a síntese das exposições da professora Adriana Soares Sampaio e do professor doutor José Moura Gonçalves Filho. Suas falas foram resumidas e editadas para efeito de comunicação.



Adriana Soares Sampaio

Naturalidade:

Rio de Janeiro, RJ

Formação:

Psicóloga Especialista em História da África e do Negro no Brasil pela Universidade Cândido Mendes e Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica - SP

Profissão:

Psicóloga clínica

Onde trabalha:

Instituto de Psicossomática Psicanalítica Oriaperê, RJ

e-mail:

asoaressampaio@gmail.com

A história de Luísa

A protagonista deste relato terá seu nome verdadeiro protegido. Vou chamá-la de Luísa. Ouçam o que ela me contou:

“Estávamos minha mãe, eu e meu marido sentados debaixo de uma árvore em frente de casa. Nisso, o vizinho da frente começou a espancar a mulher dele. Minha mãe foi falar com o vizinho, interceder para que a agressão parasse. Então ele xingou minha mãe com tudo que é ofensa racista. Chamou minha mãe de macaca, negra e tudo quanto é nome negativo. Minha mãe não falou nada. Ouviu calada. A mulher do vizinho também não abriu a boca. Meu marido também silenciou.

Depois que o vizinho cansou de ofender minha mãe, eu entrei na casa e fui para o meu quarto. Minha cabeça estava estourando. Passei mal, desmaiei. Fui para o hospital. Mediram minha pressão. Estava 18 por 10. Eu estava grávida, vivi o resto da gestação me sentindo péssima. Passei a tomar remédio contra pressão alta. A médica do pré-natal me encaminhou para um psiquiatra, eu fui.”

A agressão

O indivíduo que insultou a mãe de Luísa era um homem branco e pobre. Ele não suportou a intromissão da vizinha. Mas no lugar de rechaçá-la por ela estar se intrometendo num assunto que ele considera privado, aproveitou para botar para fora seu ódio racista.

Aqui percebemos algo muito comum e banalizado em nossa sociedade, que é o fato do ataque racista ser comumente usado em momentos de raiva. Outro dia, testemunhei um senhor nordestino revoltar-se dentro de um ônibus. Ele pediu a um vendedor negro, desses que ficam na estrada, uma cerveja. O vendedor disse que não venderia porque não tinha troco. O que esse senhor disse: “Preto não serve para nada, preto fede, rouba, faz macumba”.

A própria Luísa relata uma agressão sofrida antes do episódio com sua mãe. Ela trabalhava em um shopping num bairro rico do Rio de Janeiro. Era época de liquidação, e uma cliente tentou furar a fila para ser atendida. Seguindo ordens da casa, Luísa não permitiu. A cliente declarou: “Isso é que dá empregar gente preta. Essa gente não tem capacidade”. Luísa ia revidar, mais foi impedida pela gerente da loja que se desculpou com a cliente. Depois do episódio, Luísa pediu as contas.

A chibata do silêncio

É importante destacar que a perversidade da discriminação racial existe há séculos em nosso país. Ela ultrapassa a questão de classe. O vizinho de Luísa e o senhor nordestino do ônibus eram homens pobres.

Voltando à primeira história da Luísa, é importante lembrar que seu marido não conseguiu intervir a favor da sogra. Ele também silenciou. O que será que aconteceu com ele no momento dos xingamentos? E o silêncio da própria Luísa? Se voltarmos à cena, vamos reparar que todos os negros ouviram os insultos calados. Foi esse silêncio que machucou e desestruturou a Luísa.

Será que podemos pensar em uma provável reatualização traumática da vivência de discriminação em todas as pessoas negras ali presentes? Será uma reedição da dor de ter seu corpo, sua alma, sua essência, constantemente discriminados, negados e associados ao negativo? Será um machucado não devidamente curado?

Invisível e poderoso

O caráter perverso do racismo brasileiro se situa exatamente na sua invisibilidade. Ele se mantém como algo que socialmente não é falado, não é ecoado. Mas ele é sentido, percebido e deixa marcas profundas. Em muitos momentos, parece que as pessoas não querem reagir para não sangrar.

O silêncio congela, tira potência, fere o campo subjetivo e criativo. Ele traz o sentimento de que, às vezes, é melhor deixar para lá. A sociedade brasileira emite uma mensagem em que a população negra é empurrada a abrir mão de suas representações. Faz isso para se adequar às imposições que lhes são comunicadas, ora de forma sutil, ora de forma crua e objetiva.

Para Luísa, esse silêncio como resposta à situação de discriminação foi responsável pela eclosão de uma hipertensão. Se Luísa reagiu às agressões corretamente ou não, não cabe a nós julgar. Pois o que está em jogo é a dimensão subjetiva dessa vivência. Para ela foi o disparo do gatilho. O significado que a cena relatada teve em sua vida aparece na sua revolta frente ao seu silêncio e o da sua família. Ela ficou com a sensação de que algo deveria ter sido feito.

Perdas e danos

O que podemos dizer é que um silêncio alienado diante do racismo mostra o quanto a naturalização de discriminações acabam por minar os seres humanos. Seres humanos que têm a sua condição de existência amplamente vulnerabilizada, devido a uma contínua retroalimentação do trauma.

Quando tratamos de um sofrimento psíquico que se origina em um fato histórico e banalizado - o racismo - temos uma construção altamente deletéria (que destrói, que causa dano). O Brasil não admite verdadeiramente o racismo como parte integrante da sua espinha dorsal. Ele é visto como um mal que habita no outro. É sempre o outro que é racista. Quando a maioria dos brancos e alguns negros pensam no assunto, veiculam a discriminação a questões de classe ou simplesmente econômicas.

Por isso, digo que o sofrimento psíquico que advém desse processo é deletério, pois como refletir ou se defender de algo que não existe? Como lidar com esse paradoxo insolúvel? A perversidade desse processo está justamente em

visibilizar o que não está visibilizado, não está admitido. Desse modo ficam impossibilitadas a cura e a superação do trauma. Resultado: eu vivo, sinto, sofro. Mas o outro simplesmente ignora minha dor ao naturalizá-la.

Trançado maligno

Em redor da população negra, há uma trança de vulnerabilidades. Utilizo a metáfora da trança, por que ela advém de um complexo e fino sistema de entrelaçamento de situações contínuas de não atendimento às necessidades básicas da população negra. Pelo não cumprimento real de seus direitos humanos, resultando em uma cadeia de vulnerabilidades.

Vulnerabilidade social em razão da inserção desqualificada e desvalorizada na sociedade. Vulnerabilidade programática devido ao não ou mau atendimento na assistência social, na saúde, na educação. Vulnerabilidade individual nas dificuldades de integração com o meio social, notadamente, quando é adverso e racista. Vulnerabilidade psicossomática proveniente das tensões excessivas e cumulativas causadas pela vivência num espaço social racista, tendo as tensões descarregadas ou escoadas de forma patológica nos aparelhos somáticos.

Para terminar

Reconhecer o racismo como favorecedor do adoecimento, seja psíquico ou físico, é compreendê-lo como uma chaga que não mina apenas as pessoas de cor preta ou parda, mina o conjunto da sociedade, na medida em que ela deixa de se engrandecer com o talento da diversidade.

Por fim, volto à história da Luísa. Sua mãe, aquela que foi diretamente ofendida, me disse: “Ao escolher me calar, alcancei meu objetivo principal de fazer o vizinho parar de espancar a mulher. Meu silêncio não foi retraimento, foi estratégia”.

“Então ele xingou minha mãe com tudo que é ofensa racista. Chamou minha mãe de macaca, negra e tudo quanto é nome negativo. Minha mãe não falou nada. Ouviu calada.”



José Moura Gonçalves Filho

Naturalidade:

Ribeirão Preto, SP

Formação:

Graduação em Psicologia (1986), Mestrado (1995) e Doutorado (1999) em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo, USP

Profissão:

Psicólogo Social e Psicanalista.

Onde trabalha:

Instituto de Psicologia da USP, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho

E-mail:

zecam@usp.br

Isto não é para mim

Há sentimentos peculiares vivenciados pela maioria dos indivíduos que passam por experiências de subordinação, rebaixamento público, rebaixamento no trabalho, rebaixamento na cidade. Percebi esses sentimentos peculiares, ao longo de dezoito anos de convivência e colaboração com mulheres da Vila Joaniza, Zona Sul de São Paulo. Por exemplo, a Natil, a Rose, a Léia, a Irene, a Penha, a Marinete.

Um desses sentimentos é se sentir expulso de lugares públicos. Como se eles não fossem para mim. Um dia, a Natil, se referindo a um restaurante, declarou: “Eu sentia que eu não tinha direito de estar ali. Ao mesmo tempo, eu pensava que havia trabalhado, que estava pagando como qualquer outro ali. Mas o sentimento de que eu não tinha direito de estar naquele restaurante era mais forte”.

Ausências

Com a Natil, fiz uma viagem para Nova Lima, cidadezinha do interior mineiro. A Natil começou a viagem feliz e de-

pois, ela conta, foi amargando. O motivo era o sentimento de estar dividida entre a Vila Joaniza e Nova Lima. Porque as pessoas que ela ama não estão tendo a oportunidade de viajar. Ela vê a viagem como um privilégio que exclui seus irmãos de destino: parentes e amigos que ficaram no bairro em São Paulo.

Um dia, Natil, Léia e Rose me visitaram em casa. À noite, convidei-as para dar uma volta. Era véspera de Natal. Passando pelo Shopping Iguatemi, localizado num bairro chique, vimos sua fachada toda iluminada com lâmpadzinhas, Papais Noéis, trenzinhos etc. As três acharam tudo muito bonito. Começaram festejando a visão da beleza, mas, aos poucos, foram amargando. Natil disse, num lamento: “Ah, por que não arrastei minha amiga Roseli comigo”? Aí, a outra lembra que o sobrinho quase veio com ela. A terceira amiga menciona todo mundo que ela gostaria que estivesse presente apreciando aquela decoração natalina.

Presenças

Quando a festa é pública, a felicidade também é pública. Nas festas, organizadas na Vila Joaniza, toda a gente confraterniza. Natil diz: “Nessas festas eu me sinto no meio de gente como a gente”. Ou seja, nada parecido com o caráter excludente da cidade. Caráter interdito para pessoas marcadas pela exclusão. Já no bairro, o sentimento de pertencimento permite que o espírito se entregue à fruição do prazer. Sem culpas.

Isso é muito bonito: o sentimento de fruição só está livre, quando pode ser compartilhado com aqueles a quem estamos significativamente ligados. Há algo social no fundo dessa satisfação aparentemente individual. O que a gente mais curte, a gente divide com os outros.

Por exemplo, quando assistimos a um filme especial, frequentemente pensamos: “Fulano vai gostar desse filme”. Ou então quando encontramos um amigo, falamos: “Pensei em você quando assisti a tal filme”. Ou seja, assistimos a algo dividindo com alguém nossa percepção e sensibilidade.

Eu sei lembrar

Causa grande sofrimento psíquico o sentimento de andar pela cidade ou de trabalhar aguardando uma grosseria,

uma voz de comando ou a reprovação de alguém. O sentimento de sentir-se feio, envergonhado, aumenta ainda mais a exclusão. Há também o sentimento do falar errado. Falar fora da norma padrão e sofrer chacota por conta disso.

Depois de dez anos de convivência, convidei a Natil para me dar uma entrevista. Ela retrucou: “Deus me livre, eu não sei falar”. Insisti dizendo que é claro que ela sabia falar. Ela teimou: “Não sei falar e nem pensar. Daí perguntei se ela sabia lembrar. Ela respondeu: “Lembrar eu sei”.

Natil me deu uma entrevista que durou 8 horas. Tive de dividi-la em três sessões. Foi inclusive o depoimento da Natil que abriu meus olhos para esse sentimento de divisão na fruição dos bens públicos que, paradoxalmente, não estão abertos a todos.

Uma pessoa se sente excluída quando constata: “Minha religião é tida como credence. Minha fala é a prova de que não conheço o idioma”. Isso envergonha a pessoa. Não é um sentimento subjetivo. É vergonha política.

Matar mendigo pode

Todos vocês lembram dos cinco jovens que atearam fogo em um índio em Brasília, no ano de 1997. A vítima, Galdino Jesus dos Santos, com 95% do corpo queimado, morreu no dia seguinte ao ataque. Na delegacia, os agressores se defenderam, dizendo: “A gente não sabia que ele era um índio, achávamos que era um mendigo”.

Vamos fazer um exercício de imaginação. No lugar dos cinco jovens, vamos trabalhar com dois. Vamos chamá-los de César e Augusto. Vamos imaginar que o índio Galdino seja um mendigo. Vamos chamar o mendigo de Zé. Pronto, César e Augusto chegam, caçoam do Zé, jogam álcool na roupa dele e um fósforo aceso. Zé acorda assustadíssimo, dividido entre duas dores, a dor do fogo que queima e a dor do gesto violento, estúpido, licencioso.

De onde vem a licença? De onde vem o desprezo pelo Zé? De cara, o Zé não é percebido como Zé. É percebido como um mendigo. O mendigo é percebido como um nada. Ele é vítima de um desprezo de classe, um desprezo de grupo. O César e o Augusto pertencem a um grupo que subordina o grupo a que pertence o mendigo.

Portanto, nesse terrível encontro não estão apenas três indivíduos, estão presentes dois grupos numa histórica e longa relação de dominação. No fundo, o Zé não foi obje-

to da maldade de um ou de outro indivíduo, ele foi objeto de um desprezo histórico dos soberbos pelos subordinados. César e Augusto são do grupo dos soberbos, se irritam quando se deparam com um mendigo. Porque pobre tem que estar trabalhando para eles, servindo a eles, e não vagando ou dormindo por aí.

Angústia da humilhação

Onde e quando começou o projeto de um grupo subordinar um outro grupo? Qual a motivação? O que levou os europeus a subordinarem e escravizarem milhares de africanos? O que estava em jogo? Essa pergunta precisa ser respondida para que haja a cura psicológica de uma angústia, ligada à humilhação de longa duração. Posso estar livre hoje, mas os meus antepassados não estiveram. Há uma humilhação política nisso.

Nessa direção, o bom psicólogo é aquele capaz de promover uma relação de amizade. Capaz de criar condições para que as pessoas possam perceber a gênese política e histórica de alguns sentimentos. Possam perceber onde cada um se encontra na cadeia que liga soberbos e subordinados. Pois, quanto mais enigmáticos os sentimentos, mais estragos eles fazem.

“Causa grande sofrimento psíquico o sentimento de andar pela cidade ou de trabalhar aguardando uma grosseria, uma voz de comando ou a reprovação de alguém.”

Dominadores e dominados

O dominador não existe individualmente, é uma condição de grupo. Pois a dominação é um fenômeno necessariamente coletivo, embora pareça traço de um indivíduo ou de outro. Embora pareça ser só do César e do Augusto. Mas, historicamente, ela começa como um fenômeno coletivo. Isto precisa ser compreendido.

A condição de dominado também não é individual, ninguém é individualmente dominado. Ela também começa numa condição coletiva. Não foi um africano que foi visado na escravidão, foram os africanos.

Psicologicamente, a angústia de um negro precisa supor uma longa investigação do racismo. A angústia de uma mulher necessita de uma imensa investigação do machismo. A angústia de uma pessoa pobre precisa percorrer uma dolorosa investigação da soberba classista. A dominação é racista, classista, machista. Ela é normalizadora e feita de longevidade. Os dominadores adorariam ser eternos.



Palestrante José Moura Gonçalves Filho e estafe do I PSINEP

Eixo 3

Configuração do mundo profissional e social para o(a) psicólogo(a) negro(a) no Brasil.

Coordenação do debate:
Maria da Conceição Nascimento

Aqui você confere a síntese das exposições do professor doutor Marcus Vinicius de Oliveira Silva e da doutora em Psicologia Social Maria Aparecida Bento. Suas falas foram resumidas e editadas para efeito de comunicação.



Marcus Vinicius de Oliveira Silva

Naturalidade:
Sete Lagoas, MG

Formação:
Graduação em Psicologia pela Fundação Mineira de Educação e Cultura (1982), mestrado em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia (1995) e doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003)

Profissão:
Psicólogo - Professor

Onde trabalha:
IPSI-UFBA e Instituto Sílvia Lane

E-mail:
matraga@gmail.com

Romance familiar

Eu sou filho de um homem negro que tudo fez para se distanciar da sua condição negra. Hoje, ele está com 90 anos e é um homem forte. A vida toda, meu pai não quis ser identificado como um negro. Essa foi uma das razões dele se casar com minha mãe, uma mulher branca. Meu pai é um típico representante dos negros, que ao ascenderem socialmente se distanciam da sua identidade.

Meu pai ficou muito bravo quando minha irmã foi morar com seu companheiro negro. Daí, tenho uma sobrinha que é uma menina negra. Ele ama muito a neta, mas não dispensa comentários jocosos dirigidos ao genro. Paradoxalmente, na minha infância, meu pai escolheu um homem negro para ser meu padrinho. Revelo essas intimidades para dizer que é no pequeno da vida que as dimensões da subjetividade se inscrevem, e se articulam dramaticamente com a história do Brasil e do mundo.

Singularidades

A psicóloga Silvia Lane (1933-2006), que dá nome ao Instituto no qual trabalho, dizia que não existe uma psicologia social, porque toda psicologia é social. Ela tinha razão. Vejamos: para compreender os efeitos do racismo no indivíduo, temos que compreender a instituição do racismo na sociedade.

Ao mesmo tempo que precisamos entender os pontos em comum da diáspora africana no mundo inteiro, precisamos ser capazes de olhar para a singularidade da história da dominação em cada um dos países. Perceber como se deram as formas de construção objetiva e subjetiva do racismo em cada cultura.

Fatos & Versões

Para saber como as coisas se deram, precisamos investigar ano por ano, situação por situação, estado por estado, experiência por experiência. Só assim vamos construir efetivamente uma interpretação. Não para explicarmos e justificarmos os fatos, mas para compreendê-los. Pois a explicação não libera ninguém. Só a compreensão é liberadora.

Não adianta, na ausência de informação, de estudo, de pesquisa, produzir versões ideológicas sobre o que terá sido, ou que o terá acontecido. Na verdade, as versões ideológicas são limitadíssimas. Também de pouco servem exercícios de imaginar como se deu isso ou como se deu aquilo. Temos que investigar.

Queimar pestanas

A gente precisa estudar muito mais. Por exemplo, há pessoas que se negam a ler Casa-Grande & Senzala, alegando que o Gilberto Freyre (1900-1987) é o pai do mito da

democracia racial. Se recusam a ler o Raças Humanas do Nina Rodrigues (1862-1906), porque ele sustentava uma perspectiva eugenista. Mas eles precisam ser absolutamente lidos, até para compreendermos como as relações raciais foram sendo plasmadas no Brasil.

Estou querendo dizer que nós, psicólogos negros e negras e pesquisadores das questões raciais, temos que avançar sobre as versões rápidas que produzimos, as versões tão pessoais. Essas versões dão sentido ao mundo, mas não bastam. Temos que superar o meramente ideológico. Temos que ir atrás do conhecimento.

Racialização

Muitas pessoas nos acusam de racializar a sociedade brasileira. Como se, ao trazer a discussão do racismo à tona, estivéssemos inventando conflitos. Ou querendo partir para a violência. Essas pessoas não percebem, ou não querem ver, que a verdadeira violência está no silenciamento sobre esses conflitos reais e atuais.

Um dos líderes dos Panteras Negras disse, em 1968, algo mais ou menos assim: “Há homens que querem colher, mas não querem arar a terra. Há homens que amam o mar, mas não gostam das fúrias das tormentas. Há homens que querem a liberação, mas não querem lutar para conseguir a liberdade”. Ele concluiu dizendo: “O poder não dá nada, não concede nada”.

No Brasil, nada do que temos, em termos de reconhecimento do racismo e de seu combate, foi oferecido. Todo o crédito dos avanços se deve aos esforços do movimento negro e de ativistas aguerridos. Foi por conta deles e delas que começamos a compreender que a desigualdade brasileira é racializada.

Construir um quilombo

Em vista de tudo isso, psicólogos negros e negras temos muito serviço pela frente. Temos que estudar muito e criar uma rede. Podemos construir um quilombo da psicologia negra. Nesse quilombo, juntos, vamos investigar, propor e construir. Por que nós, psicólogos negros e negras, temos recursos interpretativos a cerca da dimensão subjetiva do racismo.

Lamentavelmente, a maior parte dos homens e mulheres negros brasileiros estão submetidos a avassalamentos ra-

cistas. Eles não têm os recursos para analisar o que é interior, exterior. O que é subjetividade e o que não é. Um psicólogo negro, porque vive na pele o que é racismo, pode ajudar essas mulheres e homens a enfrentar a dor. Como psicólogos, fomos treinados para enxergar a subjetividade como fator fundamental na compreensão dos processos sociais.

Isso inclui, necessariamente, a ideia de que tudo tem que ter significado, tudo tem que ser simbolizado. Essa noção de fazer sentido leva o sujeito a compreender, através do sentimento, como a realidade é produzida para além das suas causas objetivas. Ou seja, temos a rara chance de construir uma psicologia das relações raciais no Brasil. Nenhum outro grupo reúne, como este, as condições epistêmicas adequadas para essa tarefa.

“Ao mesmo tempo que precisamos entender os pontos em comum da diáspora africana no mundo inteiro, precisamos ser capazes de olhar para a singularidade da história da dominação em cada um dos países.”

Mão na massa

Daí, conclamo que a gente pare de esperar e reclamar pelo que falta na universidade. Se não produzirmos, não vai ter nada mesmo. Paremos de nos lamentar pela falta de reconhecimento. Se não produzirmos, não haverá reconhecimento algum. É óbvio que não queremos fazer tudo sozinho, pois a responsabilidade é de todos, dos psicólogos negros e brancos. Mas a urgência é nossa, né?

Precisamos criar dispositivos de acolhimento ao sofrimento psíquico causado pelo racismo e discriminação. A partir de cada caso singular, temos que estabelecer compreensões mais gerais a cerca das múltiplas formas com que a violência se manifesta. Essa também é uma forma de reafirmar nosso direito de existir plenamente em um mundo com sujeitos iguais.

Podem escrever

A igualdade não nos será dada, nós vamos ter que tomar a igualdade. Nosso recurso, além do capital cultural afro-descendente, é sermos especialistas em uma ciência. Espero sincera e coletivamente que estejamos à altura dessas responsabilidades e dos desafios de construir, a partir da psicologia, uma sociedade que seja efetivamente democrática, portanto não racista.



Maria Aparecida da Silva Bento

Naturalidade:

São Paulo, SP

Formação:

Psicóloga Doutora em Psicologia Social pela USP

Profissão:

Psicóloga

Onde trabalha:

CEERT - Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades

E-mail:

cibento@uol.com.br

Preto no branco

Durante meu amadurecimento como psicóloga, ao longo da vida, meu olhar, minha escuta se voltaram para as relações raciais. No começo da minha carreira de psicóloga, trabalhei num cargo executivo da Cia. Energética de São Paulo - CESP. Lá, comecei a prestar atenção nos processos de exclusão dos negros nas áreas de recrutamento e seleção. Com o passar do tempo, em vários outros espaços e oportunidades, fui compreendendo que negritude e branquitude são as duas faces da moeda chamada Brasil.

Eu tenho que me enxergar como uma pessoa negra, mas tenho que enxergar o branco como branco e chamá-lo para uma conversa. Minha subjetividade e minha história estão ligadas à história do segmento negro no país. E tenho que lembrar para minha companheira e meu companheiro brancos que a subjetividade e a história deles estão ligadas à história do segmento branco no Brasil. Tenho que lembrá-los disso o tempo todo.

Branquitude não se discute

Negros e brancos têm, sobre os ombros e em cima da pele, heranças diferentes. Temos jeitos de explicar a exclusão e a dominação de maneiras distintas. Então vamos ter que sentar e conversar sobre isso. Mas falar de negritude é mais fácil do falar de branquitude.

Vou dar um exemplo: anos atrás, nesta mesma Universidade de São Paulo, neste mesmo Departamento de Psicologia, fui convidada para dar uma palestra sobre branquitude. Bingo: à medida que eu ia desenvolvendo o tema, todos os estudantes, jovens brancos, foram se retirando da sala. Quer dizer, falar de negritude tudo bem. Falar de branquitude, nem pensar.

Mas sou teimosa. Insisti. Continuei, em todas as oportunidades, durante todo o tempo, a me nomear como negra, e nomear o branco como branco. Pois a única possibilidade de pensar a negritude é pensar, ao mesmo tempo, a branquitude. Não há possibilidade de pensar o sofrimento do negro sem trazer a questão da dominação do branco. Não tem mágica que amenize isso.

Sem fantasia

Quando pergunto a um branco o que é ser branco no Brasil, e ele responde que é ser como um outro ser humano qualquer, eu preciso ajudá-lo a entender que isso não é bem verdade. O jeito que um branco entra em um restaurante, circula pela cidade, não tem nada a ver com o jeito que eu, uma mulher negra, entro num restaurante ou circulo pela cidade.

Quando entro em um restaurante, quando entro em uma loja, faço de maneira diferente de um branco. Eu não vou entrando e nem sentando em qualquer lugar. Também é diferente a maneira como sou olhada, quando entro na portaria de um prédio ou quando caminho nos corredores de um shopping. Quando meu filho sai de casa, nunca esquece de carregar os documentos. Pois a gente sabe quem é que a polícia para e revista.

Quase todos os meus amigos e amigas psicólogos não têm pacientes negros em seus consultórios. Acredito na obrigação de trabalhar para que psicólogos brancos atendam pacientes brancos e negros. Da mesma forma, psicólogas e psicólogos negros precisam atender pacientes negros e brancos. Ou seja, a sociedade brasileira precisa conversar. Precisa trocar de maneira mais equânime.

Bancos de brancos

Entre os meus trabalhos atuais, há um projeto com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Quando se reúnem todas as comissões de diversidade dos bancos, quan-

tos negros eu encontro? Quando se reúnem os gerentes de bancos, quantos negros eu encontro? E quando se juntam os órgãos de recursos humanos dos bancos, quantos negros eu encontro?

O tempo inteiro meu diálogo, minha negociação são com as pessoas brancas. Quem tem a caneta na mão para definir as políticas públicas são os brancos. Quem tem a voz e o poder para decidir a maneira como os recursos humanos das empresas vão lidar com a diversidade são os brancos.

No trabalho com a Febraban, fizemos um censo que envolveu 400 mil bancários, a totalidade da categoria no Brasil. Daí, chegamos a dados robustos de exclusão racial. Vendo os números, meus interlocutores brancos ficaram estupefatos com a extensão e gravidade da exclusão da mulher negra no setor bancário. Incrível, eles se surpreenderam com o que sempre esteve na nossa cara.

“Não há possibilidade de pensar o sofrimento do negro sem trazer a questão da dominação do branco. Não tem mágica que amenize isso.”

A oportunidade

Essa pesquisa traz a oportunidade de questionar o discurso dos diretores e gerentes, que dizem: “Nosso banco não discrimina”. Como não? Então nosso trabalho é mostrar como se dão os processos de seleção, recrutamento, promoção etc. Quais são os mecanismos de degola, de exclusão.

A boa notícia é que o Ministério Público está acompanhando esse trabalho. Ele já exige que os bancos tenham programas de inclusão para as mulheres negras. Provavelmente, essa exigência irá contaminar outros setores. Aí, de fato, alguma coisa começará a mudar. Em todo esse processo, temos que trazer o branco para a discussão das relações raciais.

Fazendo as contas

Relações Raciais é decididamente o meu assunto. Estou dando o curso “Branquitude e Poder no Brasil” na Universidade de Austin, nos Estados Unidos. Apesar da cidade Austin ter cerca de 10% de negros, sua universidade tem 80 professores negros. Quantos professores negros têm na Universidade de São Paulo? Quantos negros há na FAAP? Na PUC? Na Anhembi-Morumbi?

Aliás, apesar de doutora pela USP, apesar de trabalhar anos a fio com a temática das relações raciais, jamais fui convidada para dar um curso aqui. Nem eu, nem minhas colegas negras, todas super qualificadas. Hoje, estar aqui está sendo uma novidade. Também pudera, nosso Encontro tem a ver com os negros.

É claro que a universidade e seus alunos saem perdendo com a ausência, ou com o pequeno número, de professores e pesquisadores negros. Porque nós já temos muito conhecimento acumulado e consolidado. Temos muito a dizer e a ensinar acerca das relações assimétricas entre brancos e negros.

Abrir os olhos

Vejam que, no Brasil, falta visão de contexto por parte dos brancos. Principalmente dos que estão em cargos de poder. Será que eles não vêem que tem alguma coisa errada nessa democracia que exclui os negros? Na minha opinião, critérios de acesso precisam ser urgentemente revisados. Critérios de permanência e de desenvolvimento de carreira idem.

Como psicólogas e psicólogos negros, creio que é nosso papel questionar, questionar e questionar. Temos que fazer provocações para atrair transformações. Somos agentes de mudanças. Percebo, com gosto, que os psicólogos negros estão aumentando em número e entrando em diferentes áreas. Isso é positivo.

Mas não devemos nunca abandonar a nossa responsabilidade de cobrar das instituições comportamentos mais equânimes. Temos que chamar as instituições à responsabilidade. Toda a sociedade tem que se envolver nos questionamentos que apontarão para o país que queremos.

Respondam

Por que sou obrigada a pagar policiais militares, se eles matam, preferencialmente, jovens negros? Por que sou obrigada a pagar impostos para ter uma Escola que usa livros didáticos em que minha filha não se reconhece? Responder essas perguntas é a grande chance que a gente tem de exigir qualidade de vida e de cidadania para a população negra brasileira. Acho que esse é o sonho.



Grupo Pretas em Cena

Comentários nas Rodas de Conversa

As Rodas de Conversa aconteceram durante todo o I PSINEP. Elas contaram com a maioria dos participantes do Encontro. Pela riqueza dos debates, as Rodas de Conversa merecerão uma publicação futura.

Aqui, a leitora e o leitor ficam com um pequeno tiragosto:

Conversas em torno das Relações históricas da psicologia com o racismo: a produção de conhecimento, a prática e a formação

Salta aos olhos a importância de trabalhar a subjetividade coletiva em relação ao racismo. Isso alivia o peso de tratar a questão de forma individual e aponta para soluções coletivas.

A universidade ainda reluta em tratar as questões raciais nas áreas tradicionais do saber: saúde, pedagogia, engenharia. Talvez com a entrada, cada vez maior, de alunos negros na universidade, tenhamos mudanças. Creio que os próprios alunos irão demandar novos temas e, principalmente, novas abordagens.

O que me surpreende é a psicologia ter tratado das relações raciais por um bom tempo. De repente, parece que o assunto saiu da pauta. Pergunto: qual a razão desse silenciamento? Creio que esse Encontro pode funcionar como uma volta à pauta. As pessoas negras esperam essa resposta da psicologia.

Também é verdade que o racismo é muito maior do que a questão psicológica. A psicologia sozinha não tem como dar conta. É necessário um pool das ciências para enfrentar essa fera.

Para melhorar, para se transformar, a academia precisa enegrecer bastante. Porque o conhecimento dentro da universidade é predominantemente branco. Penso que, se academia não se abrir para outros pontos de vista, ela morrerá.

A esperança de que o tema “relações raciais” cresça, tanto na academia quanto na sociedade, está muito nas mãos dos mais jovens. É preciso dar atenção para os psicólogos, brancos e negros, que estão se formando agora.

Muitas vezes, e isso é um desastre, o psicólogo nega o sofrimento do paciente, quando ele alega sofrer por conta do racismo. É como se o psicólogo desautorizasse a dor.

A não abordagem no racismo na prática clínica é uma violência. Mas como escutar o paciente negro, se o psicólogo não estudou a questão em sua formação? Os cursos de psicologia precisam urgentemente se rever.

Reparei o seguinte: no passado, a biologia dizia que havia raças superiores e inferiores, e as ciências humanas foram na onda. Hoje, a biologia diz que não existem raças. Mas o discurso e a prática social não assimilam o recado.

Conversas em torno do Racismo e sofrimento psíquico: desafios para a psicologia e os psicólogos(as)

Um psicólogo negro, ao lidar com o sofrimento psíquico de um paciente negro, sobrevivente do racismo, sofre também. Porque o que esse paciente traz é uma realidade comum também ao psicólogo. Então precisamos pensar como nos colocar profissionalmente diante de outro “igual”.

Se , como foi dito, dominador e dominado não existem individualmente, a responsabilidade da psicologia se torna muito maior. Pois vamos trabalhar com questões coletivas e traumas individuais. Vamos ter que estudar muitíssimo para estar à altura desse desafio.

O social não está fora nem do consultório, nem do indivíduo. O social habita o paciente, o psicólogo e a própria psicologia. Nós precisamos melhorar a escuta dentro da clínica. A escuta individual traz um sentimento coletivo. Traz o quilombo inteiro para dentro das quatro paredes.

A psicologia dominante ainda não tem recursos teórico, metodológico, tecnológico para trabalhar com os efeitos psicossociais do racismo. É uma ciência que paga esse preço por ter se omitido durante tantos anos. Mas na medida em que for cuidando do sofrimento das pessoas, ela também vai produzir conhecimentos sobre esse sofrimento. E, assim, melhorará seu jeito de trabalhar.

Ao acolher o paciente que sofre com a discriminação racial, a psicologia abre as portas para o crescimento. Além de se aproximar dos grandes problemas da população negra brasileira. É uma oportunidade real para trabalhar a inclusão.

Conversas em torno da Configuração do mundo profissional e social para o(a) psicólogo(a) negro (a) no Brasil

O fato é que quando falamos de herança de subjetividades, estamos falando de negros e brancos. E, principalmente, estamos falando da relação entre duas subjetividades coletivas.

É muito comum pacientes sofreadores do racismo serem confundidos, ou mesmo taxados, de paranoicos. Evidentemente, isso não ajuda em nada. Isso piora tudo.

Resgatar a subjetividade histórica e coletiva dos negros brasileiros não é tarefa apenas da psicologia. Aliás, nenhuma disciplina ou área do conhecimento sozinha dará conta de um assunto tão imenso. Acho importante, por exemplo, que os escritores negros ajudem nesse resgate

O que senti falta foi de mais reflexões acerca da relação escravizador – escravo. Pois toda a tragédia da discriminação e do racismo tem origem nessa chaga histórica.

Estudar o racismo é fundamentalmente estudar o racista. Pois, por trás de uma ideologia, existem seus operadores. Se não houvesse racistas, não haveria racismo.

Também cabe ao negro se esforçar para libertar-se do sentimento de dominação. Não é fácil, mas é possível. Acho que os negros americanos conseguiram avanços em relação a isso.

Para ajudar uma pessoa a sair do plano individual para o plano coletivo, é necessário um diagnóstico preciso e um trabalho de mediação. Para se habilitar nesse processo, é preciso investigar, estudar e ler tudo que apareça pela frente.

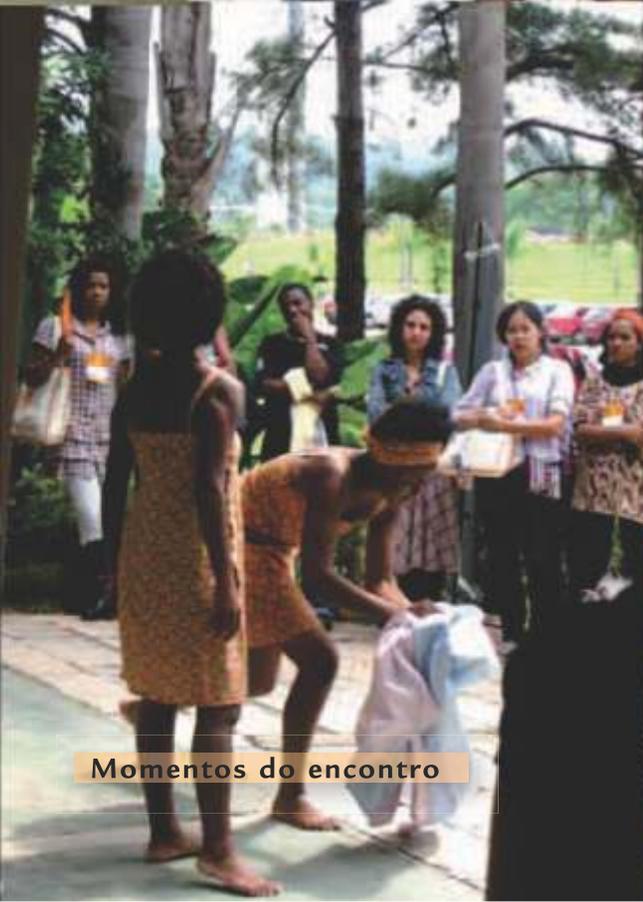
A relação entre negros e brancos não surge a partir de uma perspectiva individual. Ela já nasce carregada várias características social e culturalmente ruins. A cultura branca é carregada de estereótipos de negros. E o maior problema é que as pessoas brancas, em geral, não reconhecem esse defeito cultural.

O papel do psicólogo seria propor ao paciente estratégias de legitimação. Ajudá-lo a reconhecer e acariciar sua identidade de homem ou mulher negra. Isso seria uma excelente forma de enfraquecer o racismo.

Acho que a psicanálise tem recursos ricos para contribuir com esse debate. A questão do negro está muito mal resolvida. Talvez os instrumentos racionais não ajudem muito. Aí entra a psicanálise trazendo a dimensão do inconsciente. Os símbolos também podem curar.



Entrevista com Fernanda Lopes (UNFPA)



Momentos do encontro

Propostas do I PSINEP

Propostas para o Sistema Conselhos de Psicologia (Conselho Federal e Conselhos Regionais):

- 🐜 Mapeamento das experiências do Sistema Conselho no campo das relações raciais.
- 🐜 Construção de estratégias para criação de grupos de trabalho sobre relações raciais nos regionais.
- 🐜 Diálogo com os profissionais da Psicologia- atuantes na área da educação - para um maior comprometimento com a aplicação da lei 10.639 (e a posterior, 11.645).
- 🐜 Promoção de grupo de estudos, seminários itinerantes, bem como a transversalização da temática para o interior de todas as comissões existentes.
- 🐜 Inclusão do tema do racismo no Observatório sobre a Violência.
- 🐜 Sensibilização da categoria para compreensão do sofrimento psíquico produzido pelo racismo e a necessidade de construção de estratégias para trabalhar com o coletivo.

- ✿ Divulgação da Resolução CFP N° 018/2002, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial.
- ✿ Encaminhamento ao CONPSI da reflexão sobre questão da educação ambiental do ponto de vista racial negro e indígena

Propostas para a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia

- ✿ Apropriação e divulgação da Resolução 01/04 do Conselho Nacional de Educação, que institui diretrizes curriculares para a educação das relações raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.
- ✿ Desenvolvimento de ações para a inclusão da temática étnico-racial na formação, tanto no âmbito do estudante de psicologia, dos professores, quanto no âmbito da população atendida.
- ✿ Organização de debates com os profissionais que trabalham dentro das universidades, docentes e discentes, para que eles possam atuar como difusores da discussão sobre a questão racial.
- ✿ Inclusão, nos estudos da psicologia, do estudo de subjetividade racial.
- ✿ Proposição de um currículo mínimo de graduação que aborde a questão racial.

Propostas para a Academia/Universidade

- ✿ Ações/projetos para desenvolvimento e produção teórica sobre relações raciais e construção de estratégias para integração entre teoria e prática.
- ✿ Inclusão no currículo de graduação, como disciplina obrigatória, da temática das relações raciais.
- ✿ Desenvolvimento de tecnologias de atenção ao sofrimento das pessoas produzido pelo racismo.

Propostas para a Comissão Organizadora do PSINEP

- 👤 Construção de uma rede de psicólogos, profissionais e pesquisadores sobre relações raciais e psicologia.
- 👤 Realização periódica de encontros para fortalecimento dos espaços de discussão, diálogos e troca de experiências entre pesquisadores e profissionais.
- 👤 Introdução no CONPSI e na ABRAPSO da temática das relações raciais, além da elaboração de teses para o Congresso Nacional de Psicologia.
- 👤 Elaboração de uma publicação sobre as relações históricas da psicologia com o racismo, sistematizando a produção desse conhecimento (obras, autores, períodos etc.).
- 👤 Produção de uma cartilha que contemple o histórico das personalidades/pesquisadores e suas respectivas produções que fundamentam as relações raciais no Brasil.
- 👤 Envio de ofício à Ouvidoria do SUS para levantar: quantas pessoas são as gravemente atingidas pela discriminação racial; quais diagnósticos relacionados às consequências da violência racial; e levantar se há registro nas secretarias municipais e estaduais de saúde.
- 👤 Afirmação do conceito de identidade na formulação de políticas públicas, que afirme a formação da psicologia com a questão racial.
- 👤 Formulação de ações para a implantação da Lei 10.639.
- 👤 Consideração do quesito cor como questão importante a ser tratada dentro da saúde pública e da saúde mental.
- 👤 Elaboração de um documento que proponha a discussão da questão racial na formação da psicologia, dirigido à ABEP.

Propostas para a Saúde Pública

- 👤 Introdução da coleta qualificada do quesito cor no campo da saúde, incluindo a saúde mental.



Carta de São Paulo

Nós, participantes do I Encontro Nacional de Psicólogos(as) Negros(as) e Pesquisadores(as) sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil (I PSINEP), reunidas(os) nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 2010, na Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, reafirmamos nosso entendimento de que o racismo constitui uma das questões mais fundamentais para a compreensão dos processos de exploração e dominação instalados na sociedade brasileira. Tal condição exige que todos os esforços sejam empreendidos no sentido de elucidar seus mecanismos, que, engendrados em uma história marcada por séculos de escravidão, resultaram em padrões de relações raciais que ocultam perversamente a violência sistemática imposta historicamente à população negra.

O racismo à moda brasileira constitui um dos mais sofisticados e enigmáticos mecanismos, que, operando por meio da violência sistemática e silenciada, produz e torna cada vez mais agudas as desigualdades sociais, que no Brasil têm também um viés eminentemente racial. Estes aspectos se encontram fortemente inscritos nas dinâmicas institucionais que regem o funcionamento da sociedade brasileira, marcada em seu imaginário pelo mito da democracia racial, condição responsável pela configuração de formas de subjetivação social que naturalizam práticas correntes pautadas no racismo, na discriminação e no preconceito.

A psicologia brasileira, em seus processos históricos de institucionalização, não fugiu a essa regra. Originalmente pautada na epistemologia das concepções eugenistas e racistas, em seu desenvolvimento posterior suas práticas mantêm a cumplicidade com o mito da democracia racial, caracterizando-se por uma importante omissão frente à temática das relações interraciais. Em função disso, a psicologia negligencia o estudo dos aspectos subjetivos envolvidos nos processos identitários, auto-valorativos e no sofrimento psíquico decorrentes das práticas racistas vigentes na sociedade brasileira. Com raras e honrosas exceções, a produção científica e profissional da psicologia brasileira não se interessou pela temática das relações raciais e não reconheceu essa dimensão trágica do racismo,

tão relevante e presente como fonte de agravos à saúde mental de quase metade da população do país, constituída pelos afro-descendentes.

Todavia, assistimos hoje a um importante e positivo deslocamento na questão racial em nosso país. Fruto do processo de organização e mobilização do movimento negro, que luta contra o racismo e pela promoção da igualdade racial, os esforços empreendidos ao longo de décadas vêm, afinal, obtendo alguns resultados, logrando uma inserção das temáticas relativas a essa questão na agenda da sociedade e do Estado. A presença de algumas ações afirmativas, tais como as cotas nas universidades, a aprovação, ainda que com muitos limites, do Estatuto da Igualdade Racial, a implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, vão impondo o reconhecimento da existência do racismo e da necessidade de combatê-lo.

Dentre essas conquistas, algumas políticas públicas começam a traduzir o reconhecimento das reivindicações históricas dos segmentos excluídos da população brasileira, majoritariamente negra, e a necessidade do seu atendimento, solicitando, para tal, o envolvimento da psicologia, como ciência e profissão, e marcando uma nova etapa da sua existência, caracterizada pelo compromisso social. No interior desse movimento de revisão da sua condição elitista, organizações formadas por psicólogas(os) militantes da causa negra buscam ampliar o espaço do debate crítico, apontando, inicialmente pela via das relações com os Direitos Humanos, uma urgência de que a questão racial receba a merecida importância na produção científica e na agenda política da psicologia brasileira.

Dessa forma, a convocação e a realização deste nosso I PSINEP se insere em um processo de luta e de tomada de consciência da necessidade de organização e mobilização das(os) psicólogas(os) negras(os) e pesquisadoras(es) sobre relações interraciais e subjetividade como um importante recurso político. O objetivo é fazer frente à abissal lacuna que existe entre as necessidades sentidas e a raquítica construção efetivamente disponível, diante das possibilidades de contribuição da psicologia para essa causa, que não é só nossa, mas de todas(os) as(os) psicólogas(os), negras(os) e não-negras(os). Toda a psicologia precisa se responsabilizar pela superação da dívida histórica relacionada com as necessidades da população afrodescendente em nosso país, sobretudo no que diz respeito às intensas cargas de sofrimento historicamente impostas pelo racismo. Não achamos que a superação do racismo seja uma luta de interesse exclusivo do povo negro, sobretudo porque ela envolve a tomada de consciência dos brancos sobre a sua condição de perpetradores, conscientes ou inconscientes, das violências sofridas por todas(os). O racismo representa um desperdício de importantes energias sociais de negras(os) e brancas(os), imobilizadas, cristalizadas, através de práticas sociais que precisam ganhar visibilidade. O enfrentamento que leve à sua superação deve, portanto, interessar e envolver todas(os).

Nós, psicólogas(os) negras(os), trazemos em nossa experiência cotidiana, de mulheres e homens negras(os) que somos, um tipo singular de conhecimento de causa acerca dos impactos do racismo na psique humana. Muitos de nós sabemos dos percursos tortuosos através dos quais resgatamos as nossas identidades, reconstruímos as nossas autoestimas, organizamos recursos simbólicos para compreender que aqueles sofrimentos e vicissitudes, tantas vezes atribuídos a uma condição idiossincrática, revelaram, na verdade, as faces encobertas e silenciadas da nossa pertença étnica.

Temos, em comum, a experiência de tantas vezes, nos espaços de nossa formação ou nos espaços profissionais, vermos rejeitados os nossos esforços para introduzir a variável étnico-racial como um elemento importante para a compreensão do desenvolvimento infantil e do fracasso escolar, ou como um recurso para aprofundar o conhecimento das expressões clínicas assumidas pelo sofrimento apresentado por alguns sujeitos.

A dificuldade para lidar com essas dimensões recalcadas no inconsciente coletivo brasileiro está relacionada com o fato de o racismo ser, entre nós, uma das mais importantes fontes sociais de garantia de privilégios. Por isso, nós, psicólogas(os) negras(os), temos a necessidade de construir um espaço-quilombo que nos reúna e fortaleça, para enfrentar as hegemonias que insistem em negar as nossas especificidades e contribuições como integrantes do povo brasileiro.

Temos consciência dos desafios teóricos, epistemológicos, metodológicos e técnicos que esta nossa tomada de posição encerra. Não se espere que nos mantenhamos no terreno das queixas, reclamações ou dos proselitismos ideológicos. Nossa reunião e organização mantiveram-se e continuarão abertas a todas(os) as(os) pesquisadoras(es) comprometidas(os) ético-politicamente com estes desafios, independentemente das suas origens étnicas.

Dessa forma, as propostas aqui elencadas, resultado dos intensos e apaixonados diálogos travados nesses dias de encontro, apontam decisivamente para um compromisso de todas(os) as(os) presentes com a construção de uma psicologia efetivamente comprometida com a superação do racismo brasileiro, apontando as especificidades da contribuição da psicologia em relação a este tema.

São Paulo, 15 de outubro de 2010.

Participantes do I Encontro Nacional
de Psicólogos(as) Negros(as) e
Pesquisadores(as) sobre Relações
Interraciais e Subjetividade no Brasil

I PSINEP



Comissão organizadora e equipe de monitoria

I PSINEP

Trabalhos apresentados e Mesas temáticas

Pôsteres

- As relações raciais, o processo de ensino-aprendizagem e a psicologia escolar – **Livia Maria Rosa**
- Entre amarras e rupturas: o vislumbamento de uma inclusão possível – **Aparecida das Graças Geraldo**
- O papel da mídia na construção da identidade da criança negra – **Débora Caroline dos Santos Guimarães**
- Relações interraciais: publicações em revistas de psicologia indexadas no Scielo e Lilacs – **Edna Martins**
- Territórios égbès: percepção de mulheres negras idosas sobre acesso à saúde – **Eliana Costa Xavier**

Oficinas

- À flor da pele – **Maria Cristina Francisco, Maria Aparecida Miranda, Marilza de Souza Martins e Marisa Correia**
- Mulher negra e racismo institucional: experiências vivenciadas no sistema único de saúde – **Larissa Alves do Nascimento**
- Psicodrama e relações interétnicas – **Maria Célia Malaquias**
- Saúde com Cultura – **Beti Belli e Cleibe Aparecida Cupertino**

Comunicações Orais

- 🌀 A beleza negra na subjetividade das meninas negras - **Maria Aparecida Miranda**
- 🌀 A psicologia brasileira contemporânea e o combate ao racismo - **Tarcilla Sousa Moreira**
- 🌀 Abordagem psicossocial na clínica infantil: psicanálise e negritude - **Regina Marques**
- 🌀 Altas habilidades/superdotação em crianças e adolescentes negras - **Cristina Lúcia Silva dos Santos Moraes**
- 🌀 Construção afroidentitária de profissionais de psicologia em Salvador/BA - **Carolina Conceição de Oliveira Santos**
- 🌀 Diáspora africana, ciência e hierarquia: reflexões sobre o elemento negro no Brasil - **Hildeberto Vieira Martins**
- 🌀 Educação escolar quilombola: experiência de construção participativa do projeto político pedagógico - **Willivane Melo**
- 🌀 Exemplo do passado repercutindo nas relações interracialis do presente - **Elizete Dias da Silva**
- 🌀 Gênero e raça no ensino superior em um Brasil embranquecido - **Ana Luiza dos Santos Júlio**
- 🌀 Grupo de trabalho psicologia e raça: uma experiência no Conselho Regional de Psicologia 9º região GO/TO - **Cecilia Maria Vieira**
- 🌀 Implicações e desafios: psicologia, assédio moral no trabalho e saúde da população negra - **Luciene da Silva Lacerda**
- 🌀 Introdução opressiva subjetiva: o não ser entre o ser e o nada - **Nkuwu-a-Ntynu Mbuta Zawua**
- 🌀 Música afro-carnavalesca baiana, estereótipos, preconceitos e novos racismos - **Marcos Joel de Melo Santos**
- 🌀 Novos sentidos para identidade racial: políticas afirmativas e sua repercussão intersubjetiva - **Crisfanny Souza Soares**
- 🌀 O novo baile preto e branco - **Rosenir Alcântara de Oliveira**
- 🌀 O sofrimento psíquico do negro no papel de autoridade - **Vladimir Riomar**
- 🌀 Problematizando a metodologia de pesquisa em psicossociologia a partir dos estudos pós-coloniais - **Sônia Regina Corrêa Lages**
- 🌀 Psicologia e relações raciais no Brasil: da construção do “crioulo doido” à escuta afro-brasileira - **Nadia Ligia Gutierrez dos Santos**

-  Psicologia e relações raciais: da formação acadêmica à prática profissional - **Carlos Vinícius Gomes Melo**
-  Quilombos, comunidades negras rurais e comunidades negras de periferia – políticas públicas, ações afirmativas - **Maura Rosa de Paula Paz**
-  Racismo, política pública e modos de subjetivação em um quilombo paulista - **Eliane Sílvia Costa**
-  Racismo: um mal-estar psíquico - **Marco Antônio Chagas Guimarães**
-  Relações étnico-raciais e formação do psicólogo - **Bianca Pascoal**
-  Representações sociais de estudantes negros: universidade e trabalho - **Elisabete Figueroa dos Santos**
-  Subjetividade, educação ambiental e cultura afro-brasileira - **Nilton Sousa da Silva**
-  Uma análise interdisciplinar sobre as resistências e permanências do racismo no cotidiano escolar - **Márcia Figueiredo Tokita**
-  Violência racial: psicologia e subjetividade - **Marcus Vinícius Oliveira**



Leia os resumos dos trabalhos no CDROM.

Mesas temáticas

Da formação ao mundo do trabalho: papel das instituições de classe no enfrentamento ao racismo e sexismo institucional
Cyntia Ciarallo - Conselho Federal de Psicologia

Educação e Relações Raciais: Uma questão de identidade

Prof^a. Dr^a. Heloisa Pires - SP

Prof^a. Waldete Tristão - Secretaria Municipal de Educação

Promoção da Equidade de Gênero e Raça no trabalho: um desafio

Sra. Ana Carolina Querino - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - UNIFEM ONU Mulheres

Prof. Alberto Pinto – Grupo Carrefour Brasil e Professor do GVPEC-FGV/SP em “Desenvolvimento de Programas de Valorização da Diversidade nas Empresas”

Profª Eliana Francisco - Coordenadora de Responsabilidade Social da Empresa Fersol S/A

Sra. Maria Cristina Carvalho - Banco Santander

Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e Saúde Mental: perspectivas e desafios

Profª. Drª. Maria Inês Barbosa - Instituto de Pesquisa e Estudos Aplicados – IPEA e representante no Comitê Técnico de Saúde da População Negra, Ministério da Saúde

Profª. Drª. Jurema Werneck - Representante do Movimento Negro no Conselho Nacional de Saúde - CNS

Profª. Ana Luisa Araujo Silva – Secretária Municipal de Saúde de Salvador

Saúde com Cultura

Prof. Dr. Luis Eduardo Batista - Área Técnica Saúde da População Negra, do Grupo Técnico de Ações Estratégicas, da Secretaria Estadual de Saúde.

Sr. Leandro Rosa - Coordenador da Assessoria de Cultura para Gêneros e Etnias, Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo

Política de Saúde Mental: desafios para o enfrentamento ao racismo

Srª. Renata Weber - Consultora e assessora técnica da Coordenação de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde

Profª. Drª. Mirsa Elisabeth Dellosi - Área Técnica de Saúde Mental, do Grupo Técnico de Ações Estratégicas, da Coordenadoria de Planejamento de Saúde – Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo.

Profª. Teresa Endo - Assessora Técnica da Área Temática de Saúde Mental da Atenção Básica / Secretária de Municipal de Saúde de São Paulo.

